



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 23 – nº 89 – Novembro 2012

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## **Mulheres Migrantes: protagonismo e vulnerabilidades**

<b>PORTUGUÊS</b> .....	<b>3</b>
Brasil: Idas e voltas de mulheres da Amazônia .....	3
Mulheres imigrantes enviam muito dinheiro a seus países .....	5
Mesmo com cargo público mulheres se arriscam como domésticas nos EUA .....	6
Justiça e cuidados para as mulheres migrantes .....	7
Tratamento desigual de mulheres pode gerar apatridia em pelo menos 25 países .....	8
<b>ENGLISH</b> .....	<b>9</b>
Immigrant women more likely to own businesses in U.S. than women born in the country, new study reveals .....	9
DREAM Act a Win Win Good for Immigrant Women and Good for Economy .....	10
Urbanisation in Bangladesh proves a double edged sword for women .....	11
Immigrant mothers-living with a heart divided .....	12
Undocumented Latinas more vulnerable to domestic violence .....	15
<b>ESPAÑOL</b> .....	<b>16</b>
Empresarias inmigrantes: cuando la crisis no es obstáculo .....	16
Las mujeres emigrantes latinoamericanas .....	17
Mujeres migrantes, víctimas de todo .....	19
Trabajadoras domésticas: “Acabar al fin con la esclavitud moderna” .....	20
“No nos hagan sufrir”, piden mujeres migrantes a delincuentes .....	21
<b>ITALIANO</b> .....	<b>24</b>
Donne migranti: un’opportunità’ per il nostro paese .....	24
Donne migranti e donne immigrate in Europa .....	27
Immigrazione, Napoli capitale record di donne ucraine .....	27
Donne immigrate e lavoro: una indagine nel trentino .....	28
Regno Unito: cresce il numero di donne immigrate, un boom mai registrato prima .....	29

## EDITORIAL

Na análise atual dos fluxos migratórios internacionais o enfoque na participação da mulher vem ganhando sistematicamente um maior espaço no debate acadêmico e político. Segundo dados das Nações Unidas, dos 214 milhões de pessoas migrantes no mundo, a metade corresponde a mulheres. A partir desses dados é possível inferir a tendência ao equilíbrio na composição dos fluxos migratórios contemporâneos, no que se refere à participação de homens e mulheres. Entretanto, ao avançarmos na análise percebemos que as formas como a migração feminina têm se estabelecido, assim como suas motivações, possuem certas especificidades o que carece de uma análise mais ampla e mais complexa.

É possível afirmar que os problemas, as necessidades e as expectativas das migrantes têm mudado consideravelmente na última década. O que antes estava associado à questão da reunificação familiar, dá lugar à iniciativa rumo à independência, tendo em vista que cada vez mais mulheres empreendem a migração desacompanhadas, em busca de melhores condições de vida e emprego, não somente para si, mas também para seus filhos e famílias, como trabalhadoras migrantes.

Durante o processo migratório as mulheres produzem outras formas de vida, onde também está presente a cultura e valores de origem, porém, estes são ressignificados pelas novas experiências, pelo novo contexto social e cultural em que se encontram. Significa dizer que, em um novo local e novo meio social elas conseguem refletir e enxergar suas vidas de uma forma diferente descobrindo outras faces de si próprias que só no âmbito do processo de migração elas conseguem descobrir. Nessas novas e outras formas de viver e de 'ler' o mundo, as mulheres migrantes desenvolvem estratégias de sobrevivência, de resistência, por isso partimos do entendimento das mulheres migrantes como protagonistas e agentes de transformação.

As mulheres migrantes são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem (DUTRA, 2012). Essas remessas são um alívio econômico para as famílias receptoras, mas também um fator de reequilíbrio entre gêneros, uma vez que, ao enviarem dinheiro, as mulheres, assumem um papel que não tinham e as que recebem assumem novas responsabilidades na administração do orçamento familiar.

Dessa forma, a migração feminina se caracteriza como uma estratégia de sobrevivência, uma estratégia ante a feminização da pobreza, tanto no âmbito individual da mulher migrante, quanto no âmbito coletivo no que diz respeito a suas famílias, nesse sentido, reside a importância das remessas.

No fenômeno migratório homens e mulheres se inserem em contextos diferentes, se deparam com diferentes oportunidades, riscos e desafios, entretanto, são oferecidas as mesmas oportunidades para migrar *legalmente* para ambos. A falta de um marco legal adequado às necessidades das mulheres migrantes no mundo as torna mais vulneráveis e muito mais expostas aos riscos decorrentes da mobilidade (DUTRA, 2012), tais como à exploração laboral e sexual e o tráfico de pessoas. Soma-se a esse quadro a discriminação, a violência contra a mulher e os riscos específicos para sua saúde.

Segundo a Caritas Internacional os governos e as entidades da sociedade civil, assim como os serviços sociais, que se ocupam dos migrantes precisam abordar as necessidades específicas das mulheres que emigram, em especial, deve-se dar mais atenção às famílias e mães que se separam dos filhos ao emigrar. A instituição alerta para a necessidade de haver políticas que deixem as famílias unidas, ou, pelo menos, que ofereçam proteção social aos filhos que ficam para trás. Nesse sentido, converge com o discurso do ACNUR, o qual alerta para o fato de que, ainda hoje, existem pelo menos 25 países que mantêm uma legislação que não permite às mulheres migrantes passar sua nacionalidade para seus filhos, contribuindo para o aumento de casos de apatridia e para a intensificação do estado de marginalização e reforço da situação de vulnerabilidade.

As dificuldades das mulheres migrantes além de se darem no período de trânsito se mantêm no país de destino, onde o medo de deportação, o não domínio da língua estrangeira, e a dificuldade

de integração e ausência de laços sociais, implicam na manutenção de um quadro de total invisibilidade e vulnerabilidade.

Um emigrante sem documentos é objeto de abusos, ameaças, salários pobres e de discriminação, se este emigrante for mulher, os riscos se potencializam. É preciso estabelecer meios regulatórios apropriados para a situação das mulheres migrantes.

A convenção da OIT de número 189 é um mecanismo interessante na medida em que prevê que a incorporação do imigrante no mercado de trabalho em outro país deve ser planejada e acontecer antes mesmo do imigrante cruzar as fronteiras. Esta situação consiste em uma garantia inicial de medidas mínimas de proteção social, sendo este um instrumento com grande potencial, porém é preciso que os países extrapolem as esferas do discurso, o ratifiquem e o insiram em suas políticas migratórias efetivamente. O esforço para garantir direitos trabalhistas para os trabalhadores migrantes, em especial as mulheres e suas necessidades específicas, é fundamental para diminuir a situação de vulnerabilidade e suas decorrências, como nos casos de abusos e violência doméstica.

Por fim, cabe destacar o argumento da Caritas Internacional de que as mulheres migrantes têm muito a oferecer nos seus próprios países e nos países em que trabalham: "Elas não são vítimas por natureza, mas por causa de sistemas injustos, preconceitos e maus tratos. Chegou a hora de avaliar a sua contribuição à sociedade, com políticas de migração que as defendam e protejam".

## PORTUGUÊS

### **Brasil: Idas e voltas de mulheres da Amazônia**

*Pesquisa identifica Suriname e países europeus como destinos mais frequentes*

*Glauce Monteiro*

Pela primeira vez, o Censo da população brasileira, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluiu perguntas sobre a migração internacional, questionando não apenas os motivos de entrada e saída do País, mas também os destinos e o tempo de permanência. Quando as respostas forem divulgadas, saberemos mais sobre um fenômeno até o momento quase invisível na Amazônia: a migração internacional de mulheres.

Ainda hoje, não se sabe ao certo quem elas são, para onde vão e a importância do que elas fazem, mas o fenômeno da migração internacional de mulheres na Amazônia chama atenção pela sua dupla invisibilidade. Segundo Marcel Hazeu, aluno de doutorado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da Universidade Federal do Pará (UFPA), de um lado, as pesquisas nacionais sobre migração retratam a Amazônia de forma homogênea. Por outro lado, as pesquisas sobre migração na Amazônia ainda não estabelecem diferenciação entre a migração masculina e a feminina, e aquelas que incluem as mulheres, referem-se apenas ao tráfico internacional de pessoas.

Em sua dissertação de mestrado, orientada pela professora Marília Emmi, o pesquisador analisou a migração de mulheres em periferias de Belém. "As mulheres que migram não são todas vítimas de tráfico, nem saem especificamente para exercer a prostituição. A realidade dessas idas e vindas internacionais é mais complexa e envolve a mulher que migra, mas também toda a sua família e a sua comunidade. A migração é algo maior e presente no dia a dia dos bairros periféricos". A pesquisa observou trajetórias, destinos, causas e consequências desta migração para quem migra e para as famílias que permanecem nas periferias da cidade.

*Perfil é de jovens que vivem momento de crise*

Entre os anos de 2009 e 2011, Marcel Hazeu entrevistou 27 famílias com mulheres migrantes. Em cada uma, ele identificou uma "pioneira" e suas "seguidoras". "Nos anos seguintes, irmãs, sobrinhas, primas, cunhadas seguem essa primeira mulher. Na pesquisa, foram identificadas 54 mulheres migrantes e dois fluxos migratórios mais marcantes", revela. O primeiro dirige-se ao Suriname e a alguns países localizados ao norte

da América do Sul. O segundo destina-se a países europeus.

O perfil dessas mulheres é parecido. "São jovens que estão passando por um momento marcante: divórcio, maternidade, desemprego ou estão repensando e reavaliando suas vidas. O destino não é exatamente 'escolhido'. Ele está relacionado mais ao contato ou à pessoa que permite ou motiva a migração do que às características do lugar. Muitas vezes, essas mulheres não sabem nada sobre o lugar para onde estão indo", diz o pesquisador.

A migração acontece sempre em redes. "Ou se conhece alguém que está lá, ou alguém que está indo. Esta é a única segurança e a garantia de entrada no país estrangeiro. Se, no aeroporto, a migrante tiver alguém esperando por ela, a migração fica mais fácil e tem mais chances de se consolidar. Mesmo o tráfico de pessoas e a migração ligada à prostituição acontecem em redes", explica Marcel Hazeu.

Das 27 pioneiras, 11 foram para o Suriname, local com maior atração, as outras 16 foram para países europeus. Mas o lugar em que as entrevistadas viviam antes de voltar para o Brasil nem sempre é o mesmo do destino inicial. Assim, embora, no início, 11 tenham migrado para o Suriname, apenas oito delas voltaram diretamente de lá. As demais seguiram para outros lugares. "Quando a segunda mulher migra, ela vai 'atrás' da primeira. A seguidora traça o mesmo trajeto ou parte deste trajeto, justamente pela segurança que as redes representam", compara Marcel Hazeu.

#### *Europa: casamento é estratégia para permanecer*

Segundo Marcel Hazeu, a permanência é uma das principais diferenciações entre as mulheres que migram para a América do Sul ou para a Europa, "a maioria das mulheres que vai para o Suriname volta. Já a maioria que vai para a Europa permanece. No Suriname, as atividades estão muito ligadas ao garimpo e são naturalmente temporárias". Entre as 11 pioneiras que foram para o Suriname, apenas uma continua no país. Enquanto das 16 que migraram para a Europa, apenas três retornaram para o Brasil.

As leis de migração também têm um papel decisivo. "No Suriname, aspectos como a relação mais próxima com o Brasil, a fluidez maior na fronteira, a não perseguição dos migrantes e a maior possibilidade de conseguir autorização de trabalho favorecem a migração, diferente do que ocorre na Europa", diz.

As rígidas leis de migração na Europa tornam o casamento uma das principais alternativas para permanência. O que está relacionado a uma questão de gênero e ao imaginário. Se muitas mulheres migram com a ideia de casar com europeus, também "é forte na Europa a ideia de que mulheres latinas são boas para casar", revela o pesquisador.

Entre as mulheres que conseguiram permanecer na Europa, todas casaram. "Algumas por amor, outras por conveniência. Alguns relacionamentos acabaram em divórcio, mas outros deram certo mesmo tendo se desenvolvido dentro desta lógica de casar para não voltar para o Brasil. E as redes também atuam para apresentar potenciais esposas e maridos". O pesquisador relata a situação de um casal que iniciou a relação porque ambos estavam sozinhos, mas asseguram que, nove anos depois, estão apaixonados, "eles dizem que o amor também se constrói".

As mulheres que migraram para o Suriname também começam a estabelecer relações mais duradouras naquele país, mas esses relacionamentos acontecem no interior da comunidade brasileira migrante, com pouca interação com surinameses.

#### *Preconceito está sempre presente*

Para o pesquisador um dos principais ganhos da migração é a visão crítica da realidade. "Nenhuma das mulheres tem uma imagem romântica do Suriname ou da Europa. Elas voltam e reavaliam sua realidade com uma visão mais crítica e este é um dos principais ganhos da migração: a releitura do mundo, do ser mulher e de sua própria vida". Um aspecto negativo é o preconceito, dentro e fora do Brasil.

"Elas são sempre as outras. Lá fora, são as migrantes, as estrangeiras. No Brasil, ao retornarem, carregam o estigma da prostituição, mesmo quando não foram prostitutas ou permaneceram pouco tempo na prostituição. Nenhuma diz abertamente ou com orgulho: eu fui para a Holanda, por exemplo. O casamento aparece como um sistema de proteção que as torna 'respeitáveis', é uma estratégia para se revalorizar na periferia, embora a acusação da prostituição permaneça de forma velada", avalia Marcel Hazeu.

O preconceito torna difícil a interação dessas mulheres. "Ao longo da pesquisa e do mapeamento das redes, umas indicavam outras, mas não interagiam entre si. Vi casos em que as duas pessoas se conheciam, mas nunca

conversaram sobre o assunto", lembra o pesquisador.

Um dos conceitos investigados durante a pesquisa foi a reterritorialização. "Esse conceito está relacionado a questões como 'a que lugar eu pertença'? E isso significa que uma pessoa pode possuir algum domínio sobre o lugar e que este significa algo para ela. Mas no sentido político, também se relaciona com a possibilidade de influenciar este espaço. A migração, nestes casos, é um processo sempre paralelo ao da marginalização", explica o pesquisador.

Por um lado, a migração envolve a desterritorialização: são pessoas que saem porque

não sentem que fazem parte deste espaço. De outro, é um esforço para se reterritorializar, seja lá fora, fixando-se; seja ao retornar, na esperança de ser valorizada pelo acúmulo de dinheiro ou pela diferenciação em relação aos que não migraram.

"Por isso é válido incentivar a formação de uma imagem mais plural da mulher migrante, associando a imagem de 'trabalhadora' a essa mulher. É preciso reconhecer que a migração vai além da prostituição e do tráfico de pessoas e que é bem mais cotidiana e complexa do que sabemos até o momento", conclui.

Fonte: <http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php/leia-tambem/1281-idas-e-voltas-de-mulheres-da-amazonia> - 07.12.11

## **Mulheres imigrantes enviam muito dinheiro a seus países**

*As remessas de dinheiro dos imigrantes a seus países de origem continuam aumentando. O Banco Mundial estima que as remessas internacionais triplicam e ajudam no desenvolvimento.*

*Andrea Ornelas*

Metade dessas remessas são feitas por mulheres, segundo a Organização Internacional de Migrações (OIM), com sede em Genebra. Todas procuram melhorar a vida de suas famílias.

"A necessidade me forçou a emigrar. Não tive medo de abandonar a Nicarágua rumo à Suíça", recorda Socorro Morales. Quando partiu tinha mais de 45 anos e uma bagagem leve: uma passagem de avião e 500 dólares no bolso.

Um mês depois, em Genebra, teve sua primeira oportunidade como empregada doméstica. Treze horas por dia fazendo limpeza, cozinhando e cuidando de crianças. Em Tipitapa, perto de Manágua, o filho Abel e os avós a esperavam.

Os planos de Socorro tinham a precisão de um relógio suíço: trabalhar seis anos para juntar dinheiro suficiente para voltar para casa.

De seu magro salário - entre 1.200 e 1.500 francos suíços mensais - descontava despesas de aluguel, comida, seguros e transporte e conseguia economizar 135 francos para enviar à família.

A Organização Internacional para Migrações (OIM) conta a história de Socorro, cujos planos mudaram há cinco anos, quando estava na Suíça, com o diagnóstico de um câncer.

Até aquele dia, Socorro era, sem saber, uma peça da grande engrenagem formada pelas remessas internacionais femininas.

*Dinheiro e reequilíbrio entre gêneros*

Atualmente, "o Banco Mundial é a única organização internacional que faz estimativas regularmente do volume de remessas", explica a swissinfo.ch Nicole Anette Mueller, porta-voz da Secretaria Federal de Economia (Seco).

No ano passado chegaram a 3,2 bilhões de francos suíços, de acordo com o Factbook of Migration and Remittances em sua edição 2011; isso corresponde ao triplo do orçamento internacional de ajuda ao desenvolvimento; é ainda equivalente aos investimentos diretos estrangeiros nos países em desenvolvimento.

Segundo o estudo Gênero, Migração e Remessas da OIM, as mulheres imigrantes enviam tanto dinheiro quanto os homens. Mesmo ganhando menos do que eles, conseguem mandar uma proporção maior do que ganham, mas também de forma mais regular e durante mais tempo.

Essas remessas são um alívio econômico para as famílias receptoras, mas também um fator de reequilíbrio entre gêneros, sublinha a OIM. É que mulheres que enviam dinheiro assumem um papel que não tinham e as que recebem assumem novas responsabilidades na administração do orçamento familiar.

*A Suíça entre os três primeiros*

A liderança da Suíça em bancos e inovação é conhecida. Muito menos, no entanto, é que ocupa lugar de destaque no mercado internacional de transferências financeiras pessoais.

“É um dos dez principais países geradores de remessas”, afirma Dovelyn Rannveig Agunias, pesquisadora da OIM para a região Ásia-Pacífico.

“Em 2009 a Suíça estava em terceiro lugar (1,78 bilhões de francos) depois dos Estados Unidos (4,4 bilhões de francos) e Arábia Saudita (2,37 bilhões), segundo o Banco Mundial”, acrescenta Agunias.

De acordo com os dados mais recentes do Banco Mundial, em 2010 as remessas da Suíça totalizaram 2,06 bilhões de francos. Os dados de 2011 ainda não estão disponíveis.

A Secretaria Federal de Economia (Seco) reconhece a importância desse fenômeno econômico e da participação das mulheres, mas reconhece que a Suíça carece de dados detalhados.

“As pessoas enviam dinheiro através de empresas de transferência que não são obrigadas a dar qualquer informação estatística”, explica Mueller.

“Em 2011, as mulheres representavam 49% da população imigrante na Suíça. Seguramente elas têm uma contribuição essencial, mas talvez não cheguem a 50% do total porque ganham menos do que os homens”.

#### *Múltiplos perfis*

A Divisão Federal de Estatísticas (OFE na sigla em francês) cifra em 900 mil as mulheres estrangeiras na Suíça. “Os perfis são diversos”, afirma Doro Winkler, porta-voz do Centro de Apoio a Mulheres Migrantes e Vítimas de Maus Tratos (FIZ), em Zurique.

“Algumas trabalham legalmente (porque têm contrato de trabalho ou por casamento). Outras estão ilegais, e entre elas algumas estão na prostituição, porém outras são babás de crianças ou cuidam de idosos, trabalham em casa ou fazem faxina.”

Winkler e outros especialistas concordam que não é possível determinar quantas mulheres enviam dinheiro para seus países. No entanto, o Banco Mundial reconhece como receptores dessas remessas países como Bósnia, Argélia, China, Colômbia ou Croácia.

#### *Voltar para casa*

Socorro Morales recebeu cuidados médicos na Suíça e superou o câncer. “Durante minha convalescência, um assistente social me falou do Programa de Retorno Voluntário da OIM e pensei de imediato em me inscrever”, explica a nicaraguense.

Esse programa dá 3 mil francos suíços aos imigrantes que decidem voltar ao país e começar um negócio, observa Nuria Piñero, porta-voz para a América da OIM. Socorro Morales montou um ateliê de costura em abril de 2011.

A exemplo de Socorro, todo ano uma imensa rede de mulheres envia remessas da Suíça para propiciar a suas famílias o bem-estar que seus países de origem não dão.

Fonte:

[http://www.swissinfo.ch/por/economia/Mulheres\\_imigrantes\\_enviam\\_muito\\_dinheiro\\_a\\_seus\\_paises.html?cid=32241794](http://www.swissinfo.ch/por/economia/Mulheres_imigrantes_enviam_muito_dinheiro_a_seus_paises.html?cid=32241794) - 08.03.12

## **Mesmo com cargo público mulheres se arriscam como domésticas nos EUA**

### *Brasileiras mudam completamente o estilo de vida ao sair de sua terra natal*

Emprego público, carteira assinada, férias, 13º salário. Uma vaga no funcionalismo público é o sonho de muita gente no Brasil. Mas para algumas brasileiras, que viveram experiências ruins como divórcio ou demissão, a melhor opção foi largar tudo aqui para recomeçar a vida nos Estados Unidos com um trabalho novo: o de domésticas.

As brasileiras que chegam aos EUA sem garantia de emprego acabam aceitando os mais diferentes tipos de trabalho informal. E serviços como de empregada doméstica acabam atraindo muitos brasileiros em Estados com grande concentração de compatriotas, como a Flórida.

Mas seja fazendo faxina ou cuidando de casa de família, elas não veem o menor problema em pegar em baldes e vassouras para ganhar a vida - e

garantem que não sentem falta do trabalho que tinham no Brasil.

Segundo brasileiras entrevistadas pelo R7, uma empregada doméstica nos Estados Unidos ganha em média de 10 a 12 dólares por hora. Em uma semana, elas chegam a tirar de R\$ 940,00 a R\$ 1.090 (500 a 580 dólares), dependendo do tipo de trabalho realizado.

Gilceia Maria da Silva, de 54 anos, mudou-se para a Flórida após se separar do marido. Ela é advogada formada e trabalhava na procuradoria do INSS, em São João da Barra, interior do Rio de Janeiro.

Na Flórida há 13 anos, ela já fez todo tipo de serviço: como "help", ajudando outras pessoas a fazer faxina, e como "living in", morando em casa

de família. Nesse período, ela chegava a ganhar de 30 a 40 dólares, por faxina, e limpava de três a quatro casas por dia.

- As casas são imensas e eles têm mania de usar produtos muito fortes. Uma vez usei o "clorox" (marca de água sanitária) na casa de uma mulher e passei mal, minha garganta fechou. Eu não sabia o potencial do "clorox", o cheiro é muito forte.

Sônia Cristina Gomes, de 50 anos, também se mudou para os Estados Unidos após uma separação.

Há 12 anos morando em Miami, ela garante que "é melhor fazer faxina do que trabalhar em banco". Contratada por uma empresa de faxina, ela chega a limpar de três a quatro casas por dia.

- No banco eles pagam seis dólares a hora. Eu recebo 12 dólares a hora.

No Brasil, Sônia era dona de casa e tinha um haras onde criava cavalos e cachorros. Quando se separou do marido, sua situação financeira piorou e ela começou a pensar em ir morar no exterior. Dois anos e meio após a separação, ela viajou para os Estados Unidos e não voltou mais.

Já Gilceia, pelo contrário, resolveu dar uma "passadinha" no Brasil desde sua primeira mudança para a Flórida.

Mãe de dois filhos, ela voltou para a formatura do mais velho, que estava se tornando médico. Gilceia acabou retomando o antigo emprego, no INSS. Ela passou um ano e seis meses no Brasil, mas, devido ao baixo salário, resolveu ir aos EUA novamente.

- O que eu ganhava era muito pouco, eu não conseguia me sustentar sozinha. Passei até fome.

#### *Em busca da aposentadoria*

Antes de se mudar para os Estados Unidos, Maria da Conceição Guerra, 52 anos, trabalhava na empresa de telefonia de Natal, Rio Grande do Norte. Quando faltavam cinco anos para se aposentar, ela foi demitida.

- Eu não queria nem procurar emprego no Brasil, só queria vir para cá (Flórida) e pagar a minha aposentaria.

Maria da Conceição trabalha há cinco anos cuidando da casa de uma família americana.

- É muito tranquilo. Eu tenho meus dias de folga, posso sair, caminhar e fazer as minhas coisas.

Nesse tipo de serviço, que rende R\$ 3.700 por mês (cerca de 2.000 dólares trabalhando oito horas por dia), ela faz de tudo um pouco: limpa casa, lava roupa e até ajuda no cuidado com as crianças.

#### *Trabalho ilegal*

A maior dificuldade que as imigrantes brasileiras encontram ao chegar aos Estados Unidos são os primeiros anos de adaptação e, principalmente, a regularização no país.

"Os três primeiros anos foram horríveis, eu não tinha documentos, nem falava o idioma", conta Conceição.

De acordo com a organização norte-americana Aliança Nacional de Trabalhadores Domésticos (NDWA, na sigla em inglês), existem 2,5 milhões de empregados domésticos nos EUA. Cerca de 23% deles são imigrantes ilegais, diz a NDWA.

O R7 entrou em contato com os consulados brasileiros em Washington e Miami, além do consulado dos EUA em São Paulo, mas nenhuma das representações diplomáticas soube informar a quantidade de brasileiras trabalhando como domésticas nos Estados Unidos.

Apesar das dificuldades iniciais, Gilceia, Sônia e Conceição estão bem resolvidas hoje no novo país. Elas têm seus carros, casa e documentos. Sônia casou-se de novo, com um americano, e Conceição aguarda o final do seu processo de legalização.

É por esses e outros motivos que Gilceia, apesar da distância dos filhos, não pensa em voltar ao Brasil.

- Eu faço de tudo para ficar, se me pedirem para eu arrancar o dedo mínimo do pé, eu arranco.

Fonte: [http://midiacon.com.br/materia.asp?id\\_canal=9&id=46027](http://midiacon.com.br/materia.asp?id_canal=9&id=46027) - 27.04.12

## **Justiça e cuidados para as mulheres migrantes**

*São cem milhões, segundo informe da Caritas Internacional*

Hoje emigram mais mulheres sozinhas do que nunca. Elas vão em busca de uma vida melhor. Mas a Caritas Internacional denuncia que não

existem sistemas eficazes para evitar a sua exploração e maus tratos. Num informe publicado nesta quarta-feira, véspera do Dia Internacional da Mulher, a Caritas afirma que os governos e os

serviços sociais que se ocupam dos migrantes precisam abordar as necessidades específicas das mulheres que emigram.

O relatório *O rosto feminino da migração: incidência e melhores práticas para as mulheres que emigram e para as famílias que ficam* documenta os desafios enfrentados por mais de cem milhões de mulheres que procuram oportunidades fora do próprio país e viajam sem a família. Algumas encontram trabalhos melhores, oportunidades de formação e mais liberdade. Mas, com excessiva frequência, se vêem enganadas, maltratadas, violentadas ou discriminadas durante a viagem ou quando chegam ao país de destino.

“Temos que mudar urgentemente a nossa maneira de pensar sobre a emigração das mulheres, porque os sistemas existentes estão fracassando, não protegem as mulheres que emigram”, diz Martina Liebsch, responsável pela Incidência da Caritas Internacional.

“Com frequência, os maus tratos são invisíveis. Acontecem em casas particulares, onde elas são espancadas, não ganham nada e têm jornadas de trabalho longuíssimas. Acontece também nos prostíbulos, onde elas são vendidas por traficantes de pessoas e são obrigadas à prostituição. Acontece no interior, no trabalho agrícola, onde mulheres ficam amarradas a contratos de trabalho semelhantes à escravidão. E também nas regiões urbanas, com mulheres maltratadas, mal pagas e vítimas de abusos sexuais. Acontece durante a viagem de emigração, quando os traficantes se aproveitam da vulnerabilidade feminina”.

A Caritas Internacional expressa o desejo de que as mulheres emigrem em condições de segurança e proteção. Por isso, exige que os países adotem medidas para proteger as mulheres, incluindo assessoramento prévio à saída do país, registro de refugiados e inspeções no local de trabalho. Os governos deveriam revisar as suas políticas de migração para comprovar os efeitos sobre as mulheres migrantes.

A Caritas Internacional também pede mais atenção às famílias e mães que se separam dos filhos ao emigrar: “Muitas mulheres deixam os filhos no país de origem, para cuidar dos filhos dos outros no exterior. Os filhos das migrantes ficam com outros parentes e crescem sem mãe. Precisamos de políticas que deixem as famílias unidas, ou, pelo menos, que ofereçam proteção social aos filhos que ficam para trás”, diz Liebsch.

Muitas mulheres escapam de situações de trabalho terríveis e até de torturas. Outras correm o risco de terminar presas, quando sua permissão de trabalho está vinculada a um empregador que as maltrata. A Caritas quer que as mulheres migrantes, independentemente do seu status jurídico, possam defender os seus direitos humanos.

As mulheres migrantes têm muito a oferecer nos seus próprios países e nos países em que trabalham: “Elas não são vítimas por natureza, mas por causa de sistemas injustos, preconceitos e maus tratos. Chegou a hora de avaliar a sua contribuição à sociedade, com políticas de migração que as defendam e protejam”.

Fonte: <http://www.zenit.org/article-29867?!=portuguese> - 08.03.12

## **Tratamento desigual de mulheres pode gerar apatridia em pelo menos 25 países**

O Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) celebrou o Dia Internacional da Mulher nesta quinta-feira com um alerta sobre a possibilidade de que o tratamento desigual das mulheres possa gerar situações de apatridia em mais de 25 países.

De acordo com um comunicado de imprensa publicado hoje em Genebra, uma nova pesquisa do ACNUR apontou a ocorrência de tratamento desigual das mulheres nas leis de nacionalidade na maioria dos continentes. Pelo menos 25 países mantêm uma legislação que não permite às mulheres passar sua nacionalidade para seus filhos.

“Uma criança que nasce apátrida enfrentará um futuro de incertezas e inseguranças”, afirma Erika Feller, Assistente do Alto Comissário do ACNUR

para Proteção. “Quando ocorre discriminação no momento de conferir a nacionalidade, vemos crianças se tornarem apátridas no momento em que nascem”.

A maioria dos Estados que negam às mães o direito de conferir nacionalidade a seus filhos está localizada no Oriente Médio e no Norte da África (doze Estados), na África Subsaariana (nove Estados), na Ásia (quatro Estados) e, também, na América do Sul (dois Estados).

“Uma criança se torna apátrida nesses países porque, em alguns casos, ela não pode adquirir a nacionalidade da mãe e nem a do pai. Isso pode acontecer, por exemplo, se o pai é apátrida ou se a lei nacional falha em garantir uma nacionalidade à criança que nasce fora do país de origem de seu pai”, afirmou o comunicado.



Além disso, algumas crianças enfrentam problemas burocráticos quando seu pai morre ou as abandona, deixando-as sem documentos que comprovem sua nacionalidade.

De acordo com o estudo, Estados estão mostrando uma crescente boa vontade para formular ações que possam reparar a desigualdade de gênero em suas legislações internas. Reformas nas leis foram feitas recentemente em países como Sri Lanka, Egito, Iraque, Argélia, Indonésia, Marrocos, Bangladesh, Zimbábue, Quênia, Tunísia e Mônaco. Todos esses países alteraram suas leis para garantir às mulheres os mesmos direitos que os homens têm de passar sua nacionalidade aos filhos. O ACNUR está trabalhando com outros países para que haja a ampliação desse tipo de reforma.

“Em uma época a discriminação de gênero foi predominante ao redor do mundo”, disse Feller. “Mas agora observamos uma tendência geral de reforma das leis de nacionalidade para abordar a questão da apatridia”.

Aproximadamente mais de 12 milhões de pessoas ao redor do mundo são consideradas apátridas, isso significa que a elas é negada a nacionalidade de um Estado. Mais da metade é formada por crianças. Apátridas são pessoas extremamente marginalizadas e normalmente são consideradas populações invisíveis, o que dificulta saber a quantidade exata de pessoas que se encontram nesta situação.

O Alto Comissário para Refugiados, António Guterres, mencionou os esforços da organização nos últimos anos para promover a igualdade de gênero.

## ENGLISH

### **Immigrant women more likely to own businesses in U.S. than women born in the country, new study reveals**

Immigrant women are more likely to own a business in the United States than women who were born in the country, a study has revealed.

Twenty-nine per cent of immigrant-run businesses are owned by women compared to 26 per cent of U.S. businesses, research by the Institute of Fiscal Policy found.

The study also revealed that immigrants account for 18 per cent of business owners across the country, while making up just 13 per cent of the entire population.

“O diálogo é um importante aspecto da abordagem participativa do ACNUR na proteção das pessoas que estão sob nosso mandato”, afirmou em mensagem para o Dia Internacional da Mulher. “Essa perspectiva é especialmente relevante quando se trata de mulheres e garotas, que são desproporcionalmente afetadas pela violência sexual e de gênero e por estereótipos prejudiciais, frequentemente exacerbados pela falta de um status legal”, acrescentou.

Guterres afirmou que essas vulnerabilidades foram destacadas durante uma série de diálogos regionais promovidos o ano passado em sete países com mulheres e meninas obrigadas a se deslocar. “As recomendações de proteção que recebemos dos mais de mil participantes desses encontros foram publicadas recentemente em um livro”, anunciou o Alto Comissário. O título da publicação é “Sobreviventes, Protetores, Provedores: Mulheres Refugiadas contam suas experiências” (“Survivors, Protectors, Providers: Refugee Women Speak Out”).

Guterres também observou que as desigualdades de gênero nas leis de nacionalidade, além de desempoderar as mulheres, também podem criar casos de apatridia. “Isto cria um ciclo de marginalização, com dezenas de milhares de crianças incapazes de ter acesso a serviços de saúde e educação ou de desenvolver uma identidade como parte de uma sociedade”.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/tratamento-desigual-de-mulheres-pode-gerar-apatridia-em-pelo-menos-25-paises/> - 08.03.12

'Immigrants are expanding the economy,' he added, pointing out that immigrants are also employing millions of workers.

They were responsible for 538,551 new small businesses during the past two decades, or about one-third of the total created in that period, the organisation found.

Since 2007, small businesses owned by immigrants have employed 4.7 million people and made \$776 billion in revenues.

Immigrants appear to be setting up some types of business more than others. They make up a fifth of business owners in computer systems design.

Many are also running businesses on the high street: immigrants make up 37 per cent of restaurant owners, 49 per cent of grocery store owners, and more than half of people who own laundry and dry cleaners.

In addition, 65 per cent of taxi firms are owned by someone born overseas.

'Immigrants are playing a particularly important role in the kinds of businesses that bring people into downtown areas and help enliven neighborhoods,' Kallick added.

'I don't think immigrants are 'super-entrepreneurs', but I do see that immigrants are playing an important and growing role across the American landscape.'

Yet the study also found a staggering 58 per cent of immigrant business owners do not have a college degree.

## **DREAM Act a Win Win Good for Immigrant Women and Good for Economy**

“Educate a boy, and you educate an individual. Educate a girl, and you educate a community.”

Humanitarian Greg Mortenson invokes this African proverb to explain why his mission to eradicate poverty in rural areas of Afghanistan and Pakistan through education focuses on girls and young women. However, this proverb carries equal resonance in our own backyard.

As an attorney at Equal Rights Advocates (ERA), a national women's rights advocacy organization based in San Francisco, I come across women everyday who work hard to support their families. They tend to have limited education, living below the poverty line, and many are undocumented.

Many are mothers who brought daughters to this country at a very young age, daughters who consider this country their own. While these

There are also regional patterns; people from the Mediterranean and Middle East are more likely to own a small business compared to other immigrants.

The study found that a staggering 16 per cent of workers born in Greece and now living in the U.S. own a business compared to just one per cent of the Mexican immigrants who own a small business.

Mike Temali, president of the Neighborhood Development Center in St Paul, told the Minnesota Star Tribune that the characteristics of immigrants make them likely to own a business.

'On the asset side, they've already proven their entrepreneurialism by immigrating, either because they have to as refugees or because they want to for schooling or economic opportunity,' he said.

'They, by definition, have gone through incredible hurdles and processes and delays to land here.

'But then the barriers they face when they land here - like languages - really prevents them from getting onto a career ladder.'

Gigi Asres, who moved from Ethiopia and opened Gigi's Braid Factory in Minneapolis two years ago, said she was not surprised by the study's findings.

'We come to America and we see everything's open to us,' she said. 'So we try everything.'

Fonte: <http://csem.org.br/csem/noticias/104-immigrant-women-more-likely-to-own-businesses-in-u-s-than-women-born-in-the-country-new-study-reveals>

28.06.20

mothers may have dim hopes about their own potential for advancement, this should not be the case for their daughters. And yet it will be without the passage of the DREAM Act (the Development, Relief and Education for Alien Minors Act).

The DREAM Act sustains the hope that children will break the cycle of poverty and fulfill the American Dream. It will also enrich our country's economy with skilled and dedicated young people well worth the investment. This legislation will provide thousands of undocumented students a path to legal status through education or military service, and allow them to receive limited federal financial aid. To qualify, students must graduate from U.S. high schools, possess good moral character, have arrived in the U.S. as minors, and been here continuously for at least five years before the bill's passage.

This month marks the tenth anniversary of when the Senate first proposed the DREAM Act, but it still has not gained sufficient traction to be signed into law. Because financial stability in this rough economic climate is our nation's top priority, it is imperative now, more than ever, that Congress passes the DREAM Act. Research from the Migration Policy Institute shows that the median annual income of immigrant men is nearly \$12,000 less than native-born male citizens. Immigrant women fare worse, making on average over \$16,000 less. Lack of access to higher education is the chief culprit. As a result, many bright young women have minimal access to opportunities crucial to restarting the U.S. economy.

The DREAM Act will positively impact all immigrants, especially immigrant women. The Migration Policy Institute forecasts that if the DREAM Act becomes law, 57,000 immigrant women age 18 and older would become eligible to attain permanent legal residence. If the cut-off age remains 34, the act will provide conditional legal immigration status to an additional 268,000 young immigrant women between the ages of 18 and 34 who have a high school diploma or GED, allowing them to enter college or serve in the armed forces.

The DREAM Act is also good for families. To help support their families, undocumented women tend to work in informal labor sectors such as domestic services and agriculture. As callers to ERA's toll-free counseling hotline confirm, these jobs often do

not guarantee living wages, health care, or even protections for workers' health and safety. Yet, history has shown that living conditions for entire families improve when girls are provided with educational opportunities. The risk of high school dropouts, teenage pregnancy and financial instability drops drastically.

Opponents of the DREAM Act will argue that the legislation rewards undocumented immigrants while taking away educational opportunities from citizens. However, the DREAM Act will provide educational opportunities to more people who deserve them. According to an Urban Institute study, each year approximately 65,000 undocumented immigrants who have lived in this country for at least five years, graduate from high schools. The DREAM Act will allow these students, including honor students, student leaders and gifted athletes, to fulfill their career aspirations, support their families and contribute to the economy.

Congress should follow California and Maryland, which have recently passed similar initiatives to provide educational opportunities to immigrant youth. If we let another ten years pass, the ranks of the underclass will swell further. The DREAM Act is the change that we need now at the national level.

For immigrant families and our country's economic development, nothing short of this change will do.

Fonte: <http://newamericamedia.org/2011/08/dream-act-a-win-win-good-for-immigrant-women-and-good-for-economy.php> - 05.08.2011

## **Urbanisation in Bangladesh proves a double edged sword for women**

*Bangladesh's textile industry has given women greater economic power, but exploitation and discrimination are major problems*

Every morning, mile upon mile of women stream along Dhaka's roadsides, heading towards the city's garment factories. This urban workforce is now the largest contributing group to Bangladesh's vital export economy.

In a country with more than 4,000 factories – which now relies on the ready-to-wear garment industry for 80% of its export income – women have become a powerful economic force. About 1.5 million women are employed as garment workers, and their labour has allowed the Bangladeshi garment industry to compete seriously in the global market.

Employment in the export-oriented garment industry, and in other industries such as electronics manufacturing, has directly opened up the labour market for poorer sections of the population, most

notably young rural women with limited local employment options.

For many of these women, a move from the country to the city has brought an economic independence that would have been almost inconceivable to earlier generations. Their migration has been one of the most visible signs of the rapid urbanisation in Bangladesh, where the urban population is growing by roughly 6% year-on-year and 28% of people now live in cities. The total urban population is expected to reach 50 million by 2015.

Many women are contributing to the family and national income for the first time. Money is returning to the countryside as women working in the cities send remittances to their families. At the same time, urbanisation is slowly changing

women's status as their economic role becomes more established.

"The mass migration of largely very poor women from the countryside to the cities to work in industries like the garment sector is seeing a cultural shift start to take place," says Fayaz Ahmad, a senior manager at ActionAid Bangladesh.

"It [Migration] is helping raise the status of women in their families and home communities because they are becoming visible earners. Urbanisation has brought different opportunities to women and, as a result, the idea of girls getting an education and having jobs instead of getting married early is growing. The idea that women can be police officers, doctors, drivers is slowly taking hold."

Yet even as urbanisation has galvanised women's march towards greater economic freedom, the equality and safety of Bangladesh's new workers are still major issues.

In the garment industry, women are an easy target for exploitation and discrimination. With an average age of 19, usually unmarried and with little education or training, many women enter urban employment with a comparative disadvantage in terms of pay, working conditions, the possibility of promotion and even getting paid for overtime. They earn 60% of the salary of male colleagues.

According to a 2003 report (pdf) by the Centre for Policy Dialogue and UN Population Fund, there is a clear link between the increased sexual harassment of Bangladeshi women and their improved economic status, increased mobility and newfound visibility away from the home.

A 2011 War on Want report (pdf) on the Bangladesh garment industry found that 297 out of a total of 998 women workers interviewed reported unwanted sexual advances, while 290 said they had been touched inappropriately. A further 328 reported "threats of being forced to undress", while almost half said they had been beaten and hit in the face by their supervisors.

## Immigrant mothers-living with a heart divided

As national media debate whether women can "have it all" - a successful career and a family - one group of women has chosen to provide for their families at all costs, even if it means leaving their kids behind.

They are the undocumented immigrants who work as nannies in the United States and who, in

Sexual harassment of women on the street and in urban schools is on the increase, according to Bangladeshi NGO Brac, which in 2010 launched Mejnin, a project to tackle the increasing harassment of women and girls. Mejnin now works with 20,000 adolescent girls of school age in Dhaka.

At a school on the outskirts of Dhaka, a Mejnin counsellor is running a session for 14- and 15-year-old girls. She says instances of sexual harassment are increasing rapidly in urban areas, where there are few legal or other support structures for adolescent girls. Teachers in this secondary school have seen girls dropping out of class because they are harassed on their way to school. Some parents are keen to marry off their daughters early as a way to protect them.

"Many of these girls come from very conservative and rural families and this is a huge problem for them," says Safiqul Islam, director of the Brac education programme. "We've found that the harassment has increased as communities have become more fragmented."

He says problems arise as people move from towns and villages where everyone knows each other into urban centres where traditional community support structures simply don't exist.

"At the same time, it still isn't normal to see large numbers of girls out on the streets without male relatives," he says. "To some extent, our society is still catching up to the changes that urbanisation has brought."

Back at the school, 14-year-old Tahmina Aktar offers her own solution to the problem of harassment. "We have to learn how to be strong and that we have equal rights to be on the street as men," she says. "One boy was giving me big problems on the way to school, so one day I turned round and told him I would punch him in the nose if he talked to me that way again. He stopped after that."

Fonte: <http://www.guardian.co.uk/global-development/2012/nov/05/urbanisation-bangladesh-women> - 05.11.12

exchange for work, have paid a high emotional cost: living apart from their own children.

Many working mothers may be familiar with feelings of guilt. But little is known about the drama faced by undocumented nannies in this country - mothers who love and care for other people's children, while their own children are only able to

reach them by phone because they are living back in their home country.

This is the story of three immigrant mothers: A Mexican woman who promised her kids she would come home soon but, because she hasn't been able to, lives tormented by her broken promise. A Salvadoran woman who strives to give her kids material things because she can't be there with them, instilling in them values and praising their accomplishments. And an Argentine woman who, after 14 years of separation, reunited with her children.

*"My tiredness has been for nothing"*

Gloria García, 43, likes to imagine a different reality. In the little time she has to herself, the undocumented immigrant wonders how her life would have been different if she had never left the town where she lived with her children.

In 2002, she migrated to the United States, fleeing a life of poverty and an abusive husband—and leaving her three kids, 11-year-old Edgar, 6-year-old Montserrat, and 4-year-old Jimena, in the care of their grandparents in the Mexican state of Michoacán.

"I came here because I didn't have enough to feed my kids. I had nowhere to live because I was making so little money," said García.

For this Mexican mother, saying goodbye to her children was one of the hardest moments of her life. She couldn't find the right words to give her kids a sense of security in the face of an uncertain future. So she promised them that the separation would only be temporary. But 10 years have passed since then and García hasn't been able to return to her country to see how her children's faces have changed.

García is one of the 4.1 million undocumented immigrant women who are living in the United States, according to the study by Pew Hispanic Center, *A Portrait of Unauthorized Immigrants in the United States*.

She lives in Richmond, in the East Bay, and works as a nanny in San Francisco, where she makes \$400 a week. It isn't enough to meet all her needs; she sends \$800 a month to her kids back home, and the rest of her salary goes to rent, food and transportation. Her workday lasts nearly 11 hours due to the tedious three-hour roundtrip commute she makes by bus.

"My tiredness has been for nothing," says García with a hint of frustration. "I work as much as I can. When they call me I go, and I come back at night

without eating dinner, without drinking water, or resting, after caring for kids and cleaning for seven hours in the hot sun without any food," says the immigrant.

But her physical exhaustion is nothing compared to her emotional pain. The mother regrets moving away from her children; her absence has left scars that are harder to erase than hunger. "My son suffered because I could never go to his school; he told me his friends had their moms [there] and he didn't," García says.

One day she was on her way to work when she heard her phone ring. It was Edgar, her oldest son, lashing out at her in anger. "I'll never forgive you," he told her. "You said you were only going for a few years but you haven't come back."

García repeats her son's words that continue to haunt her. "In those days I felt like I was dead, disoriented, frustrated and thinking, 'I'm not worth anything.'"

In desperation, she started taking sleeping pills she got from other women. When she couldn't get them anymore, she started looking for another kind of help. She eventually found help at *Mujeres Unidas y Activas*, a non-profit organization that provides counseling for women about labor rights and offers a meeting group for immigrant women to talk about their lives.

"There's a lot of depression among domestic workers. A lot of them live with anxiety, fear and a permanent feeling of guilt. It's common for them to get sick to the stomach. And all of that happens because of the very vulnerable condition they're living in," said Juanita Flores, program director of *Mujeres Unidas*.

García has found relief in prayer, she says, because she has faith that one day she will find a way to return to Mexico to see her children.

Nannies form a sector of workers that has been largely excluded from workers' rights laws. A 2007 study entitled *Behind Closed Doors*, conducted by *Mujeres Unidas* among 240 household workers, found that 94 percent of workers interviewed were Latina, and the majority, 72 percent, were immigrants who sent money back to their families in their home countries. Twenty percent said they had experienced physical and verbal abuse and 9 percent said they had experienced sexual harassment.

Although the study did not ask respondents for their immigration status, many domestic workers are undocumented immigrants. Many of them don't speak much English, don't have a driver's license,

aren't familiar with the culture and live in fear of being arrested and deported.

Conditions, which according to experts, put them at greater risk for mental illness. "Living in a different culture creates extra strain on immigrants, as they have to learn a new language and new customs. For patients living on the edge of independent functioning, it can be too much, resulting in depression, anxiety, or psychosis," said Dr. Russell Lim, professor at the University of California at Davis and a specialist in transcultural psychiatry.

According to the California Domestic Workers Coalition, there are more than 200,000 domestic workers and nannies who lack the basic labor rights of all workers. But that could soon change if a California bill that already passed both houses of Congress is signed by Gov. Jerry Brown.

The bill, AB-889, will ensure that domestic workers have basic rights such as time for meals, overtime pay and uninterrupted sleep for those who live in the same house as their employers.

*"If they deported me, they'd be doing me a favor"*

Emma Delgado, 37, is happy to have a job that allows her to provide for her children and even give them some luxuries like 15th birthday parties for her two teenaged daughters living in El Salvador.

"Thank God both of my daughters celebrated their Quinceañeras and my Vanesa, when she called me to thank me, even cried with excitement," said Delgado.

But the price she had to pay to be able to give her daughter a Quinceañera party was that she could not be there to see it.

"I just watched a video and I felt a lump in my throat and cried. It's not easy to be separated from your children, but you have to make that decision to be able to pay for their education," she said.

In 2003, Delgado crossed the border illegally and came to San Francisco to join her husband, who was unemployed. In Costa del Sol, her hometown in El Salvador, she had been a housewife. She raised chickens and relied on the money her husband sent her. But when her husband lost his job and the remittances stopped coming, she came to the rescue of her family's finances.

She said her children were very young when she left. Fernando was 10 years old, Vanesa 8 and Chaterine 7. "I feel worse when I see the videos of my daughter as a maid of honor, a student council candidate or a cheerleader at school. When I see that, I think of everything I've lost," says Delgado.

Delgado works in childcare and as a housekeeper. She makes an average of \$15 an hour and sends her kids \$600 each month. She is a member of Mujeres Unidas y Activas and in her spare time she volunteers for the organization, handing out flyers on workers' rights to other women. One day she was asked to go to New York as part of her activism and the undocumented immigrant made the trip, defying immigration authorities.

"If they deported me, they'd really be doing me a favor because then I'd just have to go!" she laughs.

Dr. William Vega, an expert in Latino mental health at the University of Southern California, says that historically immigrants have been able to adapt and thrive despite their difficult living conditions.

But he says conditions for undocumented immigrants have gotten worse because they can no longer visit their families in their home countries. The same law that made it harder to cross the border illegally into the United States also made it impossible for undocumented immigrants in the United States to visit their families back home. "They are being denied the joy of seeing family and that is not a full life," said Vega.

He said that keeping families together long-distance is a challenge because they are many miles and many years apart. "It doesn't matter how much money they send their kids. In the end, it's going to be really hard to make the connection because people keep changing," Vega said.

*"It's like starting over"*

Fernanda Areal, 51, returned to her native Argentina after living apart from her kids for 14 years. During that time, her three kids were raised by their grandmother.

The Argentine teacher, who gave up her professional career to work as a nanny in San Diego and Los Angeles, spoke by telephone about her recent reunion with her three kids.

What did you gain and what did you lose?

"It was worth it because now my kids are grown up, they are young people who already have their independent lives and they are very grateful. But we lost our way of physically expressing ourselves: My kids don't come give me kisses and hugs and sometimes that's really needed," says Areal.

In 1998 she quit her job as an elementary school teacher in Buenos Aires because her salary of \$450 a month wasn't enough to support her kids, 15-year-old Agustín, 13-year-old Fernando and 12-year-old Guillermo.

That year she flew with a tourist visa from Buenos Aires to Los Angeles, where she started working in childcare and cleaning public restrooms.

In 2005, she was hired by a family in Chula Vista, in San Diego County, to take care of their 40-day-old baby and his 4-year-old and 6-year-old siblings. For four years she did all kinds of work for them: she took care of the kids, cooked, cleaned, helped them with their homework and fulfilled their emotional needs. "It felt good knowing I was giving other children the care and love that I couldn't give my own kids," she says.

Her boss was a prominent Latina businesswoman who spent a lot of time away from home and Areal's workdays stretched beyond eight hours. Despite this, her boss's brothers started bringing their kids over for the nanny to take care of, without paying her extra for the job. Areal quit and found a new job as a nanny.

While she lived in San Diego, Areal talked to her kids in Argentina on the phone every day. But now that they are together, she has time to bond with them.

"Recently I was talking with my son and he said, 'What good is a pair of Nikes if I could never tell you about the first time I kissed a girl?'" said Areal.

After evaluating the pros and cons of her decision to emigrate, Areal said she is convinced that parents should be with their kids.

*So was it a bad decision to move to the United States?*

"Today I realize that if I had to do it out of necessity I would do it all over again, but if I could have seen, like in a movie, all the things I would have lost, honestly I wouldn't do it," Areal concluded.

Fonte: <http://www.voxxi.com/immigrant-mothers-living-heart-divided/> - 24.09.12

## Undocumented Latinas more vulnerable to domestic violence

The Violence Against Women Act (VAWA) waits in limbo for reauthorization in Congress. While legislators discuss content, thousands of women are suffering the physical and mental consequences of abuse, and abusers go on with impunity.

Among those women, uncounted undocumented Latinas continue to be unaware of their right to be protected by the law. They aren't likely to report domestic violence incidents out of fear of being deported, of seeing their families split and of enraging their partners making violence even worse.

President Bill Clinton first signed the Violence Against Women Act in 1994 with bipartisan support. The act has been reauthorized in 2000 and 2005 thanks to bipartisan endeavors until it expired last year. However, this year Republicans proposed significant changes to the Act that will very likely weaken protection for the victims.

Legislators currently discuss two versions of the Act. In April, the Senate passed an Act that increases the number of U visas. This version adds provisions to offer visas to undocumented victims of domestic abuse, extends protection to victims in the gay community and grants more authority for American Indian victims to denounce and go after non-Indian perpetrators.

However, more recently, and arguing that undocumented aliens are using the current law

fraudulently, the House passed their own version that allows the immigration officials to interview the accused abuser. Domestic violence specialists believe that calling the abuser to the courts might alert and prompt him to impose harsher chastisement on their victims.

This House version doesn't include protections for LGBT victims and limits the number of temporary visas offered to those women who agree to testify, which would probably discourage reporting.

### *Underreported violence*

The FBI has reported that a woman is physically abused by her partner every nine seconds in the United States.

However, the number must be considerably higher. Domestic violence cases go unreported among the general population but more so and for many reasons among undocumented Hispanics.

Immigrant women living under the radar fear not only their men. They have to face the language barrier, the lack of awareness of the law, the lack of resources, and more importantly, religious and cultural beliefs that make women pledge allegiance to their mates and make immense sacrifice to keep families intact.

Abusers are controllers. They typically isolate their victims, have power over them financially, and systematically crush their spirit to the point that

victims come to believe they deserve being abused.

Women whose immigration status has not yet been established are controlled and manipulated by their batterers to keep them in the abusive relationship.

Emotional and verbal abuse will not even be the matter of enforcement. And police won't get involved in cases of domestic violence if there are no bodily injuries or death threats.

#### *Protected under the law*

Non-profit organizations that shelter women in danger are not always aware that they are explicitly exempt from verifying immigration status as a condition for providing services and may deny services to the victims. However, Attorney General's order states that services "necessary for the protection of life and safety" be provided without regard to immigration status.

On the other hand, many shelters offer human trafficking and immigration services that may include helping the victim get a U visa. The purpose of the U visa is to give victims of certain crimes temporary legal status and work eligibility in the United States for up to four years.

#### *Is the progress brought by VAWA compromised?*

Since VAWA's implementation, local, state and national laws have started to change. Programs, business and communities have started to respond

to victim's needs in a more efficient way. Studies show that rates of violence and reporting of crime are going up.

Moreover, thanks to increased awareness brought on by the issue of domestic violence, more than 660 state laws have passed to combat abuse including, dating violence, sexual assault and stalking. Also, a larger number of victims are reporting violence.

"Domestic violence can happen to anyone, anywhere and our laws should reflect that," said Representative Judy Biggert (R-IL), a key co-sponsor of the last VAWA reauthorization in 2005. "We cannot allow VAWA to fall victim to partisan gridlock. House and Senate leaders should act now to resolve their differences and send the President a strong bill that provides life-saving services for victims of abuse, assault and rape."

Programs and services provided or funded by VAWA would be at risk if the law is not reauthorized. Among them, community violence prevention programs; protection for victims who have been evicted from their homes due to domestic violence incidents; funding for rape crisis centers and hotlines; programs supporting immigrant women, women with disabilities and women from other ethnicities and legal aid for survivors.

Fonte: <http://csem.org.br/csem/noticias/217-undocumented-latinas-more-vulnerable-to-domestic-violence> - 21.08.12

## ESPAÑOL

### **Empresarias inmigrantes: cuando la crisis no es obstáculo**

*Que en plena crisis económica los extranjeros se hayan convertido en un motor indispensable para el gremio de los autónomos, no es noticia. Sí lo es, en cambio, que cada vez sean más mujeres. Durante el primer trimestre de 2012, el porcentaje de emprendedoras con negocio propio ascendió un 0,6%, triplicando la cifra de los varones en el mismo periodo. Las causas parecen estar en una mejor gestión y planificación de los recursos, y una capacidad de ahorro más alta que la de los hombres*

La crisis económica no parece ser una barrera para los extranjeros con ánimo emprendedor en España. Según un reciente análisis elaborado por la Federación Nacional de Asociaciones de Trabajadores Autónomos (ATA), durante el primer trimestre de 2012 la labor de este colectivo ha sido fundamental para evitar la caída del sector y suplir, de alguna manera, la acelerada pérdida de comerciantes españoles. El mes pasado - agrega el documento - un total de 792 autónomos inmigrantes montaron un negocio propio, lo que

supone un aumento del 0,4%. Las comunidades autónomas más favorecidas fueron Catalunya (472), Madrid (189), Andalucía (179) y Baleares (145).

Pero estos números arrojan un dato todavía más relevante: el del paulatino aumento de mujeres emprendedoras durante los últimos meses. Hasta marzo de 2012, el porcentaje de las autónomas que había optado por el autoempleo era del 0,6%, mientras que el de los varones no pasaba del 0,2%. De los 792 nuevos trabajadores que había



puesto en marcha un negocio propio, 467 eran mujeres (el 60% del total). "No queda ninguna duda: los extranjeros, y especialmente las mujeres de este colectivo, están tirando del carro de los autónomos. De hecho, es posible que este año, aún con la crisis de por medio, lleguen a los 9.000 afiliados", apunta el encargado del área de Extranjería de ATA, Guillermo Guerrero.

### *Mejores gestoras*

Una de las causas que podría explicar este mayor protagonismo de las mujeres emprendedoras es una mejor gestión de los recursos y una capacidad de ahorro mayor que la de los hombres. Jenny Honores, ecuatoriana de 34 años, administra actualmente una cafetería y una tienda de muebles en el barrio madrileño de Delicias. Pese a que el segundo negocio fue idea de su marido, es ella la que se encarga de llevar las cuentas. "Los locales son de ambos. Pero yo soy la que llevo la contabilidad en los dos sitios. Ha sido un acuerdo. La idea es mantenernos durante el mayor tiempo posible. Por eso siempre estoy buscando nuevos recursos y salidas a la crisis", afirma.

Este hecho no parece gratuito si se mira una reciente investigación de la Business School y la Universitat Oberta de Catalunya (UOC), titulada *Emprender en tiempos de crisis*, que señala que una de cada tres nuevas empresas españolas ha sido puesta en marcha por una mujer. El dato no sólo eleva el mérito de las emprendedoras que han optado por autoemplearse en plena crisis económica, sino que también abre nuevas variantes en temas de igualdad.

Sin embargo, la Asociación de Mujeres Empresarias Iberoamericanas Pachamama cree que si bien, a fecha de hoy, un 32% de los autónomos españoles son mujeres, la cifra sigue siendo insuficiente. Su presidenta, Ivette Barreto Palacios, reconoce que "las ganas y la voluntad de incursionar en el ámbito empresarial es liderada actualmente por las mujeres inmigrantes", pero deja claro que aún existen muchos puntos en los que es preciso trabajar.

### *Obstáculos*

Las colombianas Bibiana Gallardo y Angélica Arrieta, que hace un año pusieron en marcha una tienda de fiestas para niños en el barrio Chamberí, en Madrid, reconocen que una de las cosas que más les costó fue conciliar la vida laboral con su rol de madres. Ambas tienen hijos y el horario del negocio les impedía una oportuna distribución del tiempo. "Es una limitación. Llevo 10 años en España y sólo ahora he podido llegar a esa paridad. Por fortuna, en este caso somos dos socias que nos conocemos mucho y no dudamos en apoyarnos", afirma al respecto Gallardo.

Desde ATA también advierten de la poca información y asesoría que tienen los emprendedores extranjeros a la hora de elaborar el plan de empresa. "Es un colectivo muy desinformado. Se guían demasiado por el boca a boca y dejan el asesoramiento financiero de lado", agrega Guerrero. Un ejemplo de ello son los locutorios, locales que en su mayoría carecen de planificación y acaban siendo víctimas de la mala gestión de sus administradores. A finales del año pasado, uno de cada tres había cerrado y otro tanto se mantenía con aportes que no provenían del negocio.

Además, dicha desinformación también juega en contra de quienes emprenden por primera vez: al no conocer los requisitos ni los programas de ayuda para la puesta en marcha de una empresa, muchos se desaniman y acaban postergando sus planes empresariales.

No obstante, Pachamama insiste en situar el origen de las dificultades de las mujeres emprendedoras en un plano más estructural. "Se trata de dejar atrás los estereotipos clásicos de hombre y mujer tan arraigados en nuestra sociedad. Las tareas del hogar se han de distribuir equitativamente y el hombre debe estar dispuesto a asumir nuevos compromisos dentro de su relación paterno-filial", finaliza su presidenta, Ivette Barreto.

Fonte: <http://www.toumai.es/noticias/reportajes/6455-empresarias-inmigrantes-sin-temor-a-la-crisis> - 07.05.12

## **Las mujeres emigrantes latinoamericanas**

*Las mujeres emigrantes de Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú superaron a los hombres en número y en remesas aportadas desde el exterior. ¿Por qué cada vez son más las mujeres que buscan un futuro económico más próspero? ¿Cuáles son los peligros adicionales que sufren por ser mujeres y qué grado de protección tienen ante los abusos?*

Tradicionalmente, en América latina, las personas que deciden emigrar hacia Europa o Estados Unidos en busca de mejores oportunidades fueron hombres.

Sin embargo, una investigación realizada por la Unión Europea y la ONG Oxfam denominada "Abriendo mundos, mujeres migrantes, mujeres con derechos" reveló que la mayoría de los latinoamericanos que emigraron de la región en 2010 fueron mujeres.

El estudio, que se realizó en algunos países andinos como Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú, permite concluir que esta iniciativa se relaciona con una mayor independencia de la mujer de esos países y una valoración superior de sus capacidades para abrirse paso en el mundo cuando la situación económica en su lugar de origen es muy limitada.

En Bolivia, las mujeres que emigraron fueron el 57%, mientras que en Ecuador el 52% y en Colombia y Perú alcanzaron el 55%.

#### *La importancia social de la mujer*

El documento detalla que las remesas de dinero enviadas por mujeres a los cuatro países estudiados alcanzaron los 3.196 millones de dólares en 2010, un monto superior al enviado por los hombres.

Los principales destinos fueron España y Gran Bretaña, otros países europeos y en menor medida Estados Unidos.

En general, el hombre era el que migraba para enviarle dinero a su familia, ya que las mujeres que lo hacían eran estigmatizadas y acusadas de abandonar a sus hijos. Sin embargo, esta visión de que la mujer debe quedarse al cuidado de los hijos empieza a perder vigencia.

Esto produce que cada vez más mujeres que hombres se lancen a buscar trabajo en el exterior.

A pesar de que la mayoría emigra sin documentación en regla, realiza tareas domésticas y percibe bajos salarios, ha logrado superar cuantitativamente a lo que aportan los hombres latinoamericanos en el envío de remesas.

Otro factor importante que se puede destacar es la evolución social de la mujer de esos cuatro países estudiados, que al ganar su propio dinero logran una independencia económica que quizás no tenían en su tierra.

#### *Vulnerabilidad*

Un emigrante sin papeles es objeto de abusos, de amenazas, de salarios pobres y de discriminación. Pero si el emigrante es mujer, los riesgos se potencian.

Asimismo, el sacerdote mexicano, Alejandro Solalinde, que se convirtió en uno de los máximos defensores de los derechos de los migrantes aseguró en una entrevista al diario El País que 7 de cada 10 mujeres migrantes son violadas.

Quizás esta sea una de las razones por las cuáles las mujeres andinas eligen Europa como destino antes que cruzar el peligroso territorio mexicano hacia Estados Unidos.

Pero las mujeres latinas que viven en Italia, España y en el Reino Unido sufren más acosos que los hombres.

#### *Programas de protección y retorno*

Los países latinoamericanos deben ejercer una política de ayuda a sus compatriotas emigrantes en Europa y Estados Unidos para que a través de los consulados puedan conocer sus derechos y recibir asistencia en caso de abusos de todo tipo.

En su página web, Oxfam afirma que la finalidad de la ONG es lograr una "emigración bien informada, que garantice el ejercicio de derechos a las mujeres, su protección y defensa".

Además, la desconexión con la familia es un elemento negativo. Los mismos diplomáticos andinos deberían estimular la posibilidad de que los que dejaron su país puedan seguir comunicándose con sus afectos, como una forma de protección emocional.

Existen casos, que detalla el informe, de mujeres que al haberse apartado varios años de sus hijos han notado un distanciamiento afectivo. De eso también deberían ocuparse las sedes diplomáticas latinoamericanas en el exterior.

En Bolivia, de esa tarea se encarga la Fundación Social Uramanta, que intenta mantener activos los lazos familiares entre personas que se ausentan durante un largo tiempo y más aun si tienen hijos.

Por último, otro aspecto fundamental es crear las condiciones sociales no sólo para evitar las emigraciones por necesidad económica, sino para que los que se hayan ido puedan retornar. De los cuatro países andinos que el informe detalla, Ecuador es el que promueve un regreso más seguro para los emigrantes y el que presenta un programa más claro.

La emigración ha disminuido por la crisis económica europea y por el crecimiento de algunos países latinoamericanos, pero es un

fenómeno que sigue existiendo y que se expande cada vez más hacia el ámbito femenino, por eso no sólo las ONG, sino los gobiernos deberían lograr una disminución en los abusos y además que las condiciones de vida de los emigrantes sean las

más adecuadas hasta lograr una efectiva política de retorno.

Fonte: <http://observadorglobal.com/las-mujeres-emigrantes-latinoamericanas-n40777.html> - 19.02.12

## Mujeres migrantes, víctimas de todo

Las mujeres que cada año arriesgan su vida cruzando Centroamérica y México en busca de mejores oportunidades laborales en Estados Unidos sufren una sistemática violación de sus derechos, abusos e invisibilidad, que no cesan al final del trayecto, denunciaron víctimas y expertas.

Según cifras de Naciones Unidas, de los 214 millones de personas migrantes en el mundo, la mitad corresponde a mujeres cuyas características y motivaciones para abandonar sus lugares de origen han cambiado significativamente en los últimos años haciéndolas más vulnerables.

"Ya no solo van como dependientes, como parte de un proceso de reunificación familiar, sino que cada vez más lo hacen por razones económicas, como trabajadoras migrantes", explicó a Efe Ana Gúezmes, directora Regional para México, Centroamérica, Cuba y República Dominicana de ONU Mujeres, tras una conferencia en la capital mexicana.

Esto implica que en muchos casos emprenden solas el largo viaje que las separa de su país de destino, un camino que en Centroamérica y México está plagado de peligros y amenazas, tales como "violencia sexual, trata o extorsiones" y que por miedo a ser deportadas casi nunca denuncian, un temor que se prolonga más allá del trayecto.

De acuerdo con cifras del Instituto Nacional de Migración citadas durante la conferencia en la Fundación Ford por Marcela Zamora, periodista y directora del documental "María en tierra de nadie", de los 150.000 migrantes que cada año cruzan México, entre 15 y 30 por ciento son mujeres.

Como país emisor y receptor de migrantes por su situación fronteriza con Estados Unidos, México es paso obligado para estas mujeres que, lejos de encontrar el apoyo de las autoridades, hacen frente a los abusos de las fuerzas de seguridad y la delincuencia.

Gúezmes puso de relieve la necesidad de que las autoridades mexicanas cumplan las recomendaciones del último informe del Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer (CEDAW), que reclama información más

"consistente" en materia de desapariciones, muertes y abusos, así como mayor protección.

Según la representante del Equipo Argentino de Antropología Forense, Mercedes Doretti, también presente en la conferencia, en la última década se han documentado 448 casos de migrantes desaparecidos en territorio mexicano, un 25 % son mujeres.

El calvario, lejos de acabar durante el periodo de tránsito, se mantiene en el país de destino, donde el miedo a la deportación las mantiene en total invisibilidad y vulnerabilidad, dijo Michelle Brané, directora del Programa de Detención y Asilo de la Comisión de Mujeres Refugiadas.

### *Sin ley que les ampare*

"En Estados Unidos, las mujeres sin documentos tienen miedo de presentarse ante la policía aunque las hayan violado, hayan sido víctimas de un crimen o de violencia doméstica", aseguró a Efe.

Además, denunció una realidad que cada vez se hace más habitual entre madres migrantes cuyos hijos al haber nacido en el país tienen la ciudadanía, y cuando son deportadas no pueden traerlos consigo, sino que se quedan bajo responsabilidad gubernamental.

La reconocida activista mexicana Elvira Arellano, deportada de Estados Unidos tras permanecer un año refugiada junto con su hijo en una iglesia, relató a Efe cómo en 1997 decidió emigrar por la falta de oportunidades laborales en su natal Michoacán.

El 10 de diciembre de 2002, cuando realizaba labores de limpieza de aviones en el aeropuerto de Chicago, fue detenida por agentes federales por no tener documentación y la amenazaron con llevar a su hijo a un orfanato del Gobierno.

Tras pagar una fianza de 3,500 dólares, Arellano se quedó a la espera de una sentencia que llegó en 2006 en forma de orden de deportación. Desesperada, acudió a su iglesia junto con su pequeño y allí permanecieron un año por derecho de santuario, recordó.

Cuando decidió salir casi un año después, fue deportada y separada de su hijo Saúl, por quien protagonizó una auténtica batalla mediática para recuperarlo, llegando a pedir al presidente mexicano, Felipe Calderón, su intervención.

Actualmente, como miembro del Movimiento Migrante Mesoamericano y con su hijo de trece años ya en México, es una de las caras más visibles de lucha por los derechos de las migrantes, a quienes anima a "denunciar" cualquier tropelía o violación de sus derechos "por su bien y el de sus familias".

Pero el fenómeno migratorio también afecta a aquellas mujeres que se quedan en su comunidad sin el apoyo de quien se ha ido, con el miedo de que si desaparece en el camino, tienen que hacer frente al "estigma" que produce la sospecha del abandono.

"Mi marido desapareció hace once años cuando se fue a Estados Unidos, nunca más volvimos a saber

nada más de él. Yo me quedé sola con mis dos hijas pequeñas", relató a Efe Telma Acevedo, salvadoreña de 40 años, quien no pierde la esperanza de saber qué pasó con él.

A pesar de que su marido se fue acompañado por dos amigos que más tarde volvieron y explicaron que le perdieron la pista en México cuando eran perseguidos por varios agentes.

Nadie sabe de su paradero, si sigue vivo o murió en el trayecto, aunque Telma cree que esta última es la opción más probable.

"Se fue por la situación económica que estábamos pasando en nuestro país, pues no hay mucho trabajo y teníamos a los dos hijas (...) Por eso, él desesperado decidió irse para Estados Unidos y se quedó en el camino", dijo.

Fonte: <http://csem.org.br/csem/noticias/324-mujeres-migrantes-victimas-de-todo> - 27.09.12

## **Trabajadoras domésticas: "Acabar al fin con la esclavitud moderna"**

*Por lo general son inmigrantes y trabajan 7 días a la semana, sin vacaciones. Con escobas y cepillos, se lanzó en Bruselas la campaña por la ratificación del convenio a favor de las trabajadoras domésticas*

"Nos dejan entrar a sus hogares, pero no al mundo laboral", dice una de las pancartas de las personas que, armadas con cepillos, escobas y cubos de agua, se han dado cita en la plaza Luxemburgo, frente al Parlamento Europeo en Bruselas. Quieren representar la voz de millones de trabajadores domésticos; 43 por ciento de ellos sin derechos, el 83 por ciento mujeres, la mayoría inmigrantes.

"Hablamos del derecho a una jornada laboral de ocho horas, de descanso de fin de semana, vacaciones, salario mínimo en los países que lo tengan", dice a DW Claire Courteille, directora del Departamento de Igualdad de la International Trade Union Confederation. Concretamente, se trata aquí de que en el año entrante, 12 gobiernos ratifiquen el convenio 189 aprobado por la OIT en junio de 2011.

*¿Cómo se responde a la demanda?*

Es un hecho: las mujeres europeas se incorporan cada vez más al mundo laboral; "en esa misma medida hay una demanda muy fuerte para que vengan las trabajadoras domésticas a cuidar a los niños", añade Courteille. Sin embargo, la necesidad del mercado no encuentra eco en los permisos regulares de entrada a muchos países europeos: se calcula que entre cuatro y seis

millones de trabajadoras indocumentadas están en Europa en este momento y la tendencia es al alza.

"Y si esa demanda existe, los Gobiernos deberían abrir vías legales para que esas mujeres puedan trabajar de una manera digna, de lo contrario lo único que creas es explotación", dice Courteille. En ello coincide también Rebeca Pavón, organizadora sindical de Holanda, que viene a Bruselas en representación de decenas de miles trabajadoras domésticas regulares e irregulares.

Aunque las cifras no se pueden saber a ciencia cierta, "hay decenas de miles filipinas, indonesas, africanas, de Europa del Este y latinoamericanas. Estamos luchando por que se reconozca su derecho a la seguridad social y por que se reconozca que son necesarias", subraya Pavón. En Holanda no hay ninguna puerta hacia el mercado laboral formal a través de ese tipo de trabajo, contrariamente a lo que ha sucedido en países como España y Bélgica – que optaron en su momento por regularizar masivamente y que no cierran del todo la puerta a contrataciones legales de personal doméstico.

Si bien la UE ha aprobado recientemente una regulación única para los derechos laborales de los ciudadanos de terceros países que se encuentren legalmente en algún Estado miembro de la unión, la decisión de permitir que este tipo de trabajador

se vuelva “legal” sigue estando en manos de cada Estado miembro.

### *Un valioso e invisible aporte*

“Lo que la gente no ve es que cuando una empleada doméstica trabaja en una familia no sólo contribuye económica sino también afectivamente. Los hijos que son cuidados sobre todo por latinoamericanas cuentan con una mayor entrega”, dice a DW por su parte Consuelo Pérez, de la Federación de Ecuatorianos en Bélgica, que llegó hace 18 años al país a hacer un postgrado en la Universidad Católica de Lovaina la nueva.

“Aunque sí he hecho jobs para aumentar mis ingresos, no soy trabajadora doméstica, pero sí veo a mis compatriotas laborar en condiciones difícilísimas, doce horas al día y sin fin de semana”, afirma Pérez agregando que, además de ello, el salario que reciben es menor. Y la historia se repite: dada su ilegalidad, su vulnerabilidad es mayor.

“¿Que el patrón diga: ‘voy a ayudar a esta mujer que me ha ayudado a cuidar a mis hijos durante cinco años’? Sí, ocurre, pero es muy raro. La mayoría de las trabajadoras domésticas con papeles se lo deben a la campaña de regularización del 2009”, cuenta Pérez que conoce bien el mundo de los inmigrantes colombianos, peruanos, bolivianos, uruguayos, haitianos en Bruselas; según su cálculo, el noventa por ciento de ellos son mujeres sin derechos, sin asistencia.

## **“No nos hagan sufrir”, piden mujeres migrantes a delincuentes**

*En el sur de México, migrantes hondureñas recogen sus pertenencias a un lado de las vías del tren para continuar su viaje hacia el norte del país.*

Los secuestros, asesinatos, desapariciones forzadas, violaciones, maltratos y desprecios hacia la mujer migrante se incrementaron en los últimos cinco años, denunciaron integrantes de la Iglesia católica, activistas y estudiosos, quienes piden que México suprima las visas para acabar con la ola de violencia en territorio mexicano.

Martha Sánchez, representante del Movimiento Migrante Mesoamericano (MMM), calificó de preocupante la situación de vulnerabilidad de las mujeres inmigrantes, ya que en la actualidad son reclutadas por el crimen organizado como informantes, transportadoras de drogas, cocineras, sexoservidoras de los capos y hasta sicarias.

En la ruta de La Bestia, el tristemente célebre tren que viene desde Chiapas, las bandas criminales con frecuencia operan mediante la cooperación de

“¿Las embajadas? Suelen no querer tener trato con sus inmigrantes, pues representan un conflicto social en los países de acogida”, dice Pérez que también ha trabajado en España. El caso de la suya, la de Ecuador, es una excepción: las remesas de los emigrantes son el segundo factor de desarrollo del país andino; y sus representaciones en el exterior, últimamente, los protegen. “Es sumamente importante que este convenio sea ratificado”, concluye Pérez que quiere colaborar para ello con los sindicatos.

¿Qué ventajas les traería? Según informa la OIT, para los trabajadores domésticos migrantes, el convenio 189 dispone que deben recibir por escrito una oferta de empleo o contrato antes de cruzar las fronteras para incorporarse al nuevo trabajo en el país de destino; también que los Estados deben tomar medidas para su protección mínima en relación a la seguridad social, incluyendo los beneficios de maternidad.

Así, con excepción de Gran Bretaña y República Checa, todos los países de la UE han aprobado el convenio; pero falta su ratificación. Mientras eso no suceda, “las trabajadoras no están acogidas por las leyes laborales y tenemos muchos casos de abusos e incluso de violencia física hacia ellas”, explica Courteille concluyendo con el lema de la campaña: “Estamos hablando de poner fin a la esclavitud moderna”.

Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,15613239,00.html> - 19.01.12

maquinistas, ingenieros o guardias de seguridad. Los trenes se paran en medio de la nada para que los migrantes puedan ser asaltados.

Sánchez recuerda que el fatídico cinco de noviembre de 2008, cuando 12 mujeres migrantes fueron secuestradas en Las Anonas, Oaxaca, por un grupo de hombres armados. El tren se detuvo para que la banda delictiva pudiera realizar su trabajo, y nunca más se supo el paradero de las migrantes, aunque se considera que fueron enviadas a prostíbulos de la región.

Para la representante del MMM, quien desde hace 20 años trabaja en pro de los migrantes, Oaxaca y Chiapas son dos de las entidades donde más se capta a víctimas de trata. En la fronteriza ciudad de Tapachula los tratantes aprovechan la vulnerabilidad de las migrantes centroamericanas

para "engancharlas" y explotarlas con fines sexuales o laborales. A la violencia física y sexual contra las mujeres en tránsito, se suman la extorsión, el secuestro y el asesinato.

De junio de 2005 a agosto de 2010, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) identificó en México 176 casos de trata de personas; su número aumentó a partir de 2007 y se agudizó en 2008 y 2009. Los estudios que realiza el MMM permiten asegurar que 80 por ciento de estas mujeres son víctimas de abusos, principalmente sexuales. Pero la impunidad permite que el crimen organizado no sólo explote sexual y laboralmente a las mujeres, sino que las reclute como "sicarias, 'halconas' o 'mulas'" del narcotráfico, denuncia Sánchez.

"En el caso de nuestro movimiento – abunda -, nos asumimos como activistas dedicados a servir como canal de comunicación entre los migrantes, entre los migrantes y las autoridades, los medios de comunicación y la opinión pública, pero también como actores que construimos relaciones de apoyo con quienes toman decisiones; además, realizamos propuestas de política migratoria".

"Desde nuestra óptica - continúa - vemos a la migración con un enfoque internacional, y uno de nuestros principales cometidos es evitar la desintegración de las familias a causa del fenómeno migratorio. Nuestras principales actividades son la movilización social, la ayuda humanitaria y la incidencia en las políticas públicas, pues nos preocupa el drama y sufrimiento de las mujeres migrantes".

El trabajo del MMM ha permitido la reunificación de integrantes del Comité de Familiares de Migrantes Desaparecidos (Cofamide), quienes se encontraban en calidad de perdidos en el territorio de México.

### *Aumentan los peligros*

Por su parte, Heyman Vázquez, sacerdote y coordinador del albergue Hogar de la Misericordia, en la comunidad de Arriaga, consideró que "la situación para la mujer sigue igual. No hay cambios, no se frena; creo que más bien aumentaron los peligros para la mujer. Incluso es mucho más peligroso si una mujer no va con 'coyotes', pero ahora también hemos detectado que ni con él ni con el guía tienen protección. Los 'coyotes' también están abusando de las mujeres".

El representante de la Iglesia católica estimó, de acuerdo con los testimonios que recibe todos los días, que 80 por ciento de las mujeres sufren acoso, hostigamiento, violaciones, secuestro y

explotación sexual. "Las inmigrantes están siendo víctimas de trata de personas y las están forzando para explotarlas sexualmente en cantinas y bares", acotó.

"Basta ir a las vías del ferrocarril para darse cuenta de cómo se ve a la mujer migrante. No sólo por los mismos migrantes, sino por la población civil, que ve a la mujer como un objeto sexual. En el Estado de México, en Veracruz, Tamaulipas y la frontera norte es en donde más se llevan a cabo estos delitos de género. Por ello, consideramos prudente que el gobierno de México suprima las visas para los migrantes, en especial para las mujeres y menores de edad, quienes son los más vulnerables en este viaje migratorio a Estados Unidos (EU)", concluyó Vázquez.

En opinión de la activista michoacana Elvira Arellano, de la organización Familia Latina Unida Sin Fronteras, quien durante un año se encerró en la iglesia Adalberto Metodista Unida de Chicago para evitar que la separaran de su hijo, Saúl Arellano, y la deportaran de EU, resalta: "La situación de las mujeres migrantes es difícil y preocupante; una considerable mayoría de ellas son violadas por policías ministeriales, estatales, federales y hasta por miembros del Ejército".

Asegura que muchas de las mujeres vienen huyendo de la violencia de su país, incluso de manos de sus propias parejas, y cuando llegan a México se encuentran con un infierno. Aquí son consideradas objetos sexuales, lo que las hace más vulnerables para ser secuestradas y después obligadas a prostituirse bajo amenazas de muerte.

"En México no existen mecanismos que garanticen la no violencia contra las mujeres. El hecho de ser migrantes las hace aún más vulnerables, por lo que no dejaremos de seguir denunciando la complicidad y omisión por parte de los tres niveles de gobierno", insiste Arellano.

- *¿Cuál es el perfil de las mujeres migrantes?*

- En su mayoría son madres solteras, del campo o de zonas marginadas, que viajan al norte en busca de una mejor oportunidad de vida para sacar adelante a sus hijos. Es triste que en México nos estemos perdiendo, apartando del camino de Dios, de ese México humanitario y solidario. En el mundo entero ahora nos están viendo como el México represor, que mutila, masacra, viola, secuestra, prostituye y asesina a la mujer migrante. Todavía no podemos borrar de nuestra mente las dolorosas imágenes de la masacre de San Fernando, Tamaulipas. No podemos borrar de nuestra mente los 72 muertos, porque todavía no

se ha detenido a los verdaderos criminales. Tampoco a los asesinos y secuestradores de Veracruz.

Sin mediar pregunta alguna, continúa: "Vamos a seguir gritando, exigiendo respeto a la dignidad de la mujer migrante, vamos a seguir tomando las calles, carreteras, para hacer valer nuestros derechos como mujeres. Ya estamos preparando nuevas acciones para evitar más violencia en Tabasco. En Semana Santa haremos una nueva caminata", sentencia la michoacana.

### *Mujeres destrozadas*

Fray Tomás González Castillo, coordinador del albergue La 72, en Tenosique, en donde el año pasado y en lo que va de este la violencia se desbordó a niveles terribles, señala: "La Bestia sigue mutilando los sueños y extremidades de los migrantes. Las mujeres también son destrozadas en la mandíbula de La Bestia. Hemos visto con horror, en hospitales y albergues, la tristeza de las miradas. De jóvenes que apostaron todo por un sueño y cayeron en una pesadilla de la cual todavía no se recuperan".

En Tabasco la situación de las mujeres migrantes es "terriblemente dramática", admite fray Tomás: un significativo número de abusos e irregularidades que se cometen contra las mujeres son por parte del Instituto Nacional de Migración (INM) y de los ladrones que operan con impunidad desde la frontera hasta Tenosique. "Los casos de violaciones son incontables. Nadie puede parar estos abusos", lamenta el religioso.

Ante la gravedad de la explotación laboral y sexual - trata de personas - la organización Todo por Ellos, que trabaja con niños y adolescentes en situación de calle, informó que el pasado domingo cuatro de marzo implementaron acciones de alerta para prevenir "enganche y explotación" de mujeres indígenas de Guatemala.

El presidente de Todo por Ellos, Ramón Verdugo Sánchez, dijo que estas acciones están encaminadas a alertar a las indígenas guatemaltecas que domingo a domingo se reúnen en el parque central de Tapachula en busca de trabajo y diversión, pues allí se ha detectado la presencia de presuntos enganchadores de indígenas guatemaltecas para fines de explotación sexual y laboral.

Dentro de las acciones a tomar, explicó que sobresalen la construcción de una página web, folletos y correos electrónicos para recibir denuncias. Próximamente realizará alianza con Todo por Ellos, reveló Verdugo Sánchez.

Iris, Georgina y Margarita son tres jóvenes hondureñas que viajan junto con dos amigos de su pueblo.

Sin problemas cruzaron el río Suchiate - división política entre México y Guatemala - con el fin de llegar a EU, en donde esperan juntar dinero para ayudar a sus padres.

-¿Saben de los riesgos?

- Sí - responde en forma inmediata Georgina, una joven de 18 años que hasta antes de abandonar su país vendía ropa usada en el centro de San Pedro Sula. También sabemos que nos pueden violar, secuestrar o matar...

-¿Y tienen miedo?

-Sí, tenemos miedo. Pero confiamos en Dios.

-¿Saben qué pueden encontrar en el camino?

- Zetas, policías, mareros; sólo le pedimos a Dios que si nos agarran no nos hagan sufrir. Que nos maten de un solo... - manifiesta Margarita con resignación.

- Ya vimos por la televisión y por internet todo lo que se vive, todo lo que se sufre. Ojalá que nosotras no tengamos problemas. Nosotros no vamos a tomar el tren sino que vamos a viajar de jalón, en tráileres o buses. No queremos morir destrozadas. Ya tenemos plan - dice finalmente Iris.

Con recelo las jóvenes abordan una combi que las habrá de transportar a Tapachula. Atrás de ellas, otro grupo de tres indocumentados camina en busca de un nuevo vehículo; minutos más tarde habrían de llegar otros cuatro inmigrantes después de cruzar el Suchiate mientras el sol reflejaba su rostro sobre el afluente.

### *Discriminación y violencia*

Las integrantes de Trabajando Juntas por Chiapas, quienes reparten en Arriaga alimentos, agua, condones, gorras, playeras y folletos para prevenir enfermedades contagiosas, entre ellas el sida, califican de extrema la vulnerabilidad de las inmigrantes.

Erika Sánchez, representante de la organización, describe: "Nos ha tocado conocer casos de mujeres que sólo por su fisonomía y color de piel son bajadas de los camiones. No sólo mujeres migrantes, también las mismas mexicanas son víctimas de estas violaciones por parte de las autoridades. Todas son vulnerables: no traen dinero, no traen papeles y son presas de la

corrupción de las autoridades y de la violencia de la delincuencia organizada. Todos sabemos que hay autoridades de los tres niveles involucradas en todos los casos; sin embargo, se da más con la gente del INM".

Rafael Navas, consejero de la Comisión de Atención a los Derechos Humanos de Migrantes del Consejo Estatal de los Derechos Humanos (CEDH), reconoció que el flujo migratorio dentro del estado va en aumento, y que es un reto al que los chiapanecos deberían poner más atención. Además, admite que dentro de los migrantes el grupo más vulnerable es el de las mujeres.

De igual forma admitió que las mujeres migrantes han sido reclutadas mayoritariamente en ramas caracterizadas por sus condiciones de inestabilidad y desamparo jurídico, como el trabajo doméstico y de cuidados, la hostelería y la prostitución. Ello se suma al alto porcentaje de extranjeras que presta sus servicios sin que medie dinero; es decir, a aquellas mujeres que se ocupan en el mantenimiento de sus propios hogares o el de sus parientes sin que sus tareas sean siquiera reconocidas como trabajo.

El trabajo doméstico remunerado es una labor degradada y precaria, con horarios que llegan hasta a 16 horas diarias, a cambio de salarios muy bajos y con niveles indignos de dependencia del empleador, señaló Navas en un informe al cual tuvo acceso M Semanal.

"Es una ocupación que tendría que haber desaparecido y cuya regulación contradice todos los derechos de los trabajadores, pero que ha tomado fuerza con la llegada de mujeres extranjeras", insistió.

En el mismo documento se subraya que para dar solución a esta situación, los estados y países involucrados deberían operar sus fronteras de acuerdo a políticas de seguridad nacional que permitan tener mayor control de los movimientos fronterizos de personas, en un intento por disminuir la inestabilidad social y política que provoca el fenómeno migratorio en los límites territoriales colindantes con el país de destino.

Navas precisó que la campaña "Por ti: Amigo(a) migrante No + Trata", tiene, entre otros objetivos, dar asistencia victimológica a quienes hayan sufrido de trata, así como promover la denuncia en contra de personas que violentan los derechos humanos de los migrantes.

#### *Avances en la prevención y combate frontal a la trata de personas en Chiapas*

A partir de la creación de la Ley para Combatir, Prevenir y Sancionar la Trata de Personas en el Estado de Chiapas en el año 2009, a propuesta del Ejecutivo estatal, la Procuraduría General de Justicia del Estado ha obtenido los resultados que se presentan abajo, los que la colocan como la instancia procuradora de justicia con mejores resultados en la materia en todo el país.

Aunque Chiapas es considerada una de las "capitales de la explotación sexual", el procurador Raciél López se ufana de los resultados en el combate de la "esclavitud moderna", ya que han detenido a 139 personas relacionadas con esos ilícitos.

Fonte: <http://www.nsssoaxaca.com/especiales/36-migracion/1783-nos-hagan-sufrir-piden-mujeres-migrantes-a-delincuentes> - 12.03.12

## ITALIANO

### **Donne migranti: un'opportunità per il nostro paese**

di Enza Cubelli

*Il secondo numero della rivista "L'economia dell'immigrazione" della Fondazione Leone Moressa si focalizza su uno degli aspetti più caratteristici dei fenomeni migratori e cioè sulla presenza sempre più importante della componente femminile nella popolazione straniera residente e nei flussi migratori internazionali. Viene posta particolare attenzione alle caratteristiche del suo inserimento occupazionale e agli effetti che questo genera nel contesto sociale dei paesi di insediamento. L'articolo che segue ne sintetizza alcuni contenuti.*

Le varie indagini sulla situazione degli immigrati hanno, negli ultimi tempi, focalizzato la loro attenzione su uno degli aspetti più caratteristici dei fenomeni migratori che interessano oggi le società

e le economie dei paesi cosiddetti altamente industrializzati, vale a dire sulla presenza sempre più importante della componente femminile nella popolazione straniera residente e nei flussi



migratori internazionali. Viene posta particolare attenzione alle caratteristiche del suo inserimento occupazionale e agli effetti che questo genera nel contesto sociale dei paesi di insediamento.

il contesto italiano si rivela un osservatorio privilegiato per il fatto che la componente femminile è prevalente ormai da un paio d'anni tra la popolazione straniera residente e da più di dieci anni nei flussi migratori in ingresso nel paese. Risulta di notevole rilevanza anche il fatto che insieme all'arrivo e alla permanenza nel paese di donne immigrate mediamente molto giovani, si sviluppano nuclei famigliari in grado di incidere positivamente sul trend demografico, contribuendo al ringiovanimento della popolazione. Di fondamentale importanza si dimostra anche il contributo che le donne immigrate forniscono al processo di integrazione, grazie soprattutto alla loro capacità di favorire l'incontro tra la propria famiglia/comunità e la società di accoglienza.

Le donne immigrate in Italia hanno trovato e trovano opportunità nel mercato del lavoro principalmente nel settore dei servizi di cura. Un settore in forte crescita in conseguenza del manifestarsi nel paese dell'esigenza di prestazioni assistenziali che per tradizione vengono affidate alle donne, e che oggi lo Stato si dimostra incapace di soddisfare. Un mercato del lavoro domestico privato alimentato, nonostante la crisi, dalla crescente domanda di servizi di cura proveniente dai suoi principali destinatari: persone anziane e famiglie

Ci si trova oggi di conseguenza di fronte ad un "esercito" di lavoratrici composto prevalentemente da giovani immigrate, che contribuisce di fatto all'affrancamento delle donne italiane dal tempo riservato al lavoro di cura della famiglia e la sua conciliazione con il tempo di lavoro, ma che purtroppo si trova ad operare in contesti in cui spesso il rapporto di lavoro risulta totalizzante e in cui l'irregolarità la fa da padrona

Emergono dunque, nella sua attualità, la questione del riconoscimento della dignità del lavoro di cura e del ruolo delle donne migranti nelle società ospiti, e tutte le criticità di funzionamento di un sistema di tutele che ne impedisca lo sfruttamento, il sottoinquadramento e la sottoretribuzione. Gli immigrati presenti in Italia sono prevalentemente giovani e le donne migranti tendono ad avere più figli rispetto alle autoctone. Inoltre non va sottovalutato come l'immigrazione favorisca l'aumento del tasso di partecipazione delle donne autoctone al mercato del lavoro. Il progressivo invecchiamento della popolazione, dovuto all'aumento della speranza di vita e alla riduzione

della natalità, mina la tenuta dei sistemi di protezione e l'immigrazione costituisce un potente fattore di riequilibrio della struttura demografica e di antidoto ai suoi effetti negativi sugli equilibri finanziari del sistema di sicurezza sociale. I flussi migratori sono infatti composti prevalentemente da individui appartenenti alla fascia di popolazione attiva e i migranti hanno in media 31,8 anni (Istat, 2011a). Il 78,8% dei 4.570.317 stranieri presenti nel nostro territorio ha un'età compresa fra 15 e 64 anni, il 18,9% ha meno di 15 anni e solo il 2,3% ha 65 anni e oltre. Considerando invece la ripartizione per sesso emerge che le donne migranti rappresentano il 51,8% del totale e che, se si escludono i minori, la componente femminile supera quella maschile in tutte le classi di età. Le donne straniere residenti nel nostro paese tendono ad avere più figli rispetto alle italiane: nel 2010 le prime hanno avuto in media 2,13 figli, le seconde 1,29. Il contributo alla natalità delle madri straniere è quindi rilevante. L'impatto positivo dell'immigrazione sulla struttura demografica ha dunque una duplice natura: nell'immediato, l'ingresso di una popolazione straniera prevalentemente giovane aumenta la quota della popolazione attiva; nel lungo periodo, il più alto tasso di natalità nelle famiglie di immigrati produce un aumento della natalità media. I lavoratori, e soprattutto le lavoratrici, immigrati aumentano l'offerta di servizi domestici allentando così i vincoli all'attività lavorativa delle donne al di fuori del contesto familiare

Più recentemente un'altra analisi, di origine Banca d'Italia (Barone, Mocetti, 2010), ha provato una significativa correlazione fra la presenza di immigrati occupati nell'erogazione di servizi alle famiglie e la quantità delle ore che le donne autoctone altamente qualificate dedicano al lavoro. Il primo riguarda l'aumento delle entrate delle famiglie e quindi le maggiori possibilità di consumo, investimento e risparmio.

I forti flussi migratori hanno favorito una ricomposizione dell'uso del tempo a favore del lavoro fuori casa e portato a un nuovo equilibrio tra carichi familiari e lavoro per le donne italiane. Tutto ciò grazie all'afflusso di immigrate che offrono servizi alle famiglie quali la cura di bambini e anziani. La forte crescita del numero degli immigrati è stata trainata soprattutto dalla componente femminile, portando a un riequilibrio della distribuzione per genere della popolazione straniera che, ancora nel corso degli anni novanta, vedeva una netta prevalenza degli uomini. Oggi oltre la metà degli stranieri sono donne. Le immigrate si caratterizzano anche per essere

maggiormente occupate nella fornitura di lavori domestici (babysitter, badanti, pulizie domestiche, ecc.): la quota delle straniere occupate in tale settore è oltre 5 volte quella delle italiane. Per questi aspetti l'Italia è peculiare anche nel confronto internazionale: la quota dei lavoratori stranieri occupati nelle famiglie è 2 volte e mezzo quella media nell'Unione Europea, oltre 10 volte superiore a quella dei paesi del Nord Europa.

Inoltre le immigrate che offrono servizi alle famiglie provengono tipicamente da certi paesi e non da altri. È possibile individuare alcune nazionalità "specializzate" in questo genere di occupazione: Ecuador, Filippine, Moldavia, Marocco, Perù, Polonia, Romania, Russia, Sri Lanka e Ucraina.

L'arrivo di immigrate specializzate ha dunque accresciuto l'offerta di servizi alle famiglie, ne ha abbassato il costo e ha quindi permesso alle italiane di accrescere le ore lavorate a scapito del lavoro domestico (non pagato).

In particolare, quali sono le ragioni che spingono una famiglia a preferire l'assistenza offerta da un collaboratore privato piuttosto che quella offerta dal servizio pubblico, quali i canali di contatto e di reclutamento solitamente percorsi per avviare il rapporto e le difficoltà che si incontrano nella conduzione di un rapporto di lavoro di questo tipo, comprese le condizioni che frenano e a volte impediscono l'emersione di una parte purtroppo rilevante del lavoro domestico oggi ancora sommerso.

Quasi la metà delle famiglie italiane impiega una badante per l'assistenza ad anziani parzialmente non autosufficienti. Si tratta di un'assistenza polifunzionale, anche se il 62,5% delle famiglie e ricorre all'assistenza semplicemente per la pulizia di casa e la preparazione dei pasti. Nella maggior parte dei casi, la badante trova sistemazione nella stessa abitazione della persona assistita. Tale prossimità tra datore di lavoro e lavoratore, è motivabile con un monte ore di lavoro giornaliero superiore alle 16 ore. La formula di pagamento più diffusa per una simile prestazione, prevede una retribuzione che va dai 500 € ai 1000 € e la garanzia del vitto e dell'alloggio.

Sono poche, precisamente l'11,4% del totale, le famiglie che ricorrono al lavoro di una badante per l'assistenza ad anziani totalmente non autosufficienti. È più frequente (il 49,0% dei casi) che le badanti vengano assunte per l'assistenza ad anziani parzialmente non autosufficienti e per l'assistenza di anziani autosufficienti (38,5%).

Il 62,5% delle famiglie affida alla badante compiti di pulizia della casa e di preparazione dei pasti e il

56,4% cure infermieristiche all'assistito. Inoltre, il 52,4% delle famiglie richiede alle badanti di tenere compagnia all'anziano, mentre appena il 38,5% affidano alla badante la gestione della casa (come fare la spesa o pagare le bollette...).

Per svolgere questo tipo di mansioni, a ben il 40,2% delle badanti è richiesta una giornata lavorativa superiore alle 16 ore.

La maggior parte delle famiglie che hanno una badante paga alla badante dai 500 € ai 1000 € al mese più il vitto e l'alloggio, mentre il 17,8% solo uno stipendio mensile dai 500 € a 1000 €. Il 15,9% di esse paga meno di 500 € al mese più il vitto e l'alloggio, mentre il 9,5%, solo uno stipendio di meno di 500 € al mese. Sono appena il 4,1% le famiglie che stipendiano la badante con più di 1000 € al mese. Per il 6,7% invece, oltre ai 1000 €, è previsto anche il vitto e l'alloggio.

Alla luce della diffusione della formula retributiva che include il vitto e l'alloggio, si può comprendere come il 74,3% delle famiglie italiane offra alla badante una sistemazione nella stessa abitazione dell'assistito e come, in solo il 25,7% dei casi, la badante viva in un'abitazione propria...Il costo della badante viene coperto nella metà dei casi dal solo reddito dell'assistito. Ma spesso la pensione dell'anziano non basta per sostenere tutte le spese: ecco che nel 26,1% dei casi intervengono i familiari, ma può anche succedere che il peso dello stipendio della badante sia affidato al solo reddito delle famiglie dell'assistito (16,8%). Più rari i casi in cui il costo viene in parte coperto anche dal sussidio pubblico (ove previsto, 4,1%), o solo ed esclusivamente da questo

La maggior parte delle famiglie preferisce affidare il proprio assistito ad una badante perché in molti casi è lo stesso anziano che ne condivide la scelta. Esse entrano in contatto con la badante tramite passaparola. Non sembrano esserci grosse problematiche nella gestione del rapporto di lavoro con la badante, ma quando si presentano si tratta di questioni legate all'espletamento delle pratiche burocratiche.

In molti casi la decisione di affidare ad una badante la cura dell'anziano avviene in maniera condivisa con l'assistito stesso: pur di avere un aiuto nella gestione della quotidianità o per non vedersi collocato in una casa di cura, l'anziano accetta la presenza di un assistente che provveda al suo sostegno.

Fonte: <http://www.cgilmodena.it/donne-migranti-un%E2%80%99opportunita%E2%80%99-per-il-nostro-paese.html> - 26.06.12

## Donne migranti e donne immigrate in Europa

Sono oltre 14,9 milioni le donne extra-comunitarie (63,2%) e non presenti oggi nell'Ue che, per varie ragioni (lavoro, ricongiungimento familiare, povertà, asilo politico ecc.) decidono di spostarsi in uno dei 27 Stati membri. Ad accomunarle il cosiddetto "doppio svantaggio", espressione utilizzata per indicare gli ostacoli e le discriminazioni vissute ogni giorno, per il fatto di essere donne e straniere allo stesso tempo.

Lo scenario principale di questo double disadvantage è ancora una volta il mercato del lavoro, dove assistiamo ad una forte concentrazione delle donne migranti ed immigrate nel settore dei servizi, dei lavori di cura ed assistenza. Si tratta di una presenza in continuo aumento, dovuta alla crescente domanda di care workers private da parte della popolazione europea, sempre più vecchia e mal supportata dai rispettivi governi, spesso sordi alle esigenze delle famiglie.

Anche le donne extra-comunitarie e comunitarie con un titolo di studio superiore incontrano difficoltà nella ricerca di un lavoro all'estero, generalmente a causa di una domanda che interessa settori a maggior concentrazione maschile (ingegneria, fisica, chimica ecc.).

L'accesso ai servizi come gli asili nido rappresenta una problematica per molte donne immigrate, soprattutto per coloro che provengono da paesi al di fuori dell'Ue. In Germania, ad esempio, il godimento dei servizi offerti dal welfare state nazionale è strettamente correlato alla

partecipazione nel mercato del lavoro. Dagli anni Novanta la Germania, famosa all'indomani della Seconda Guerra Mondiale per accogliere gli immigrati (soprattutto turchi, italiani, greci ecc.) nelle proprie fabbriche, ha ridimensionato le proprie politiche di accoglienza, determinando un notevole cambiamento anche nella popolazione immigrata presente oggi nel paese. Generalmente si tratta di donne arrivate in Germania per ricongiungersi con le rispettive famiglie d'origine, cui lo Stato impone un accesso ristretto al mercato lavorativo tedesco per i primi due anni dall'arrivo. Una misura questa che mina fortemente l'indipendenza economica delle donne extra-comunitarie, e di conseguenza anche il pieno godimento dei servizi offerti dal welfare state tedesco. Il principio "occorre lavorare per avere diritti" è alla base del lungo cammino per ottenere la cittadinanza tedesca, un percorso che, sebbene ambientato nel contesto migratorio degli anni Sessanta, è ben descritto dal film tedesco *Almanya* di Yasemin Samdereli.

In questa pellicola, uscita nel 2011, la prospettiva di genere diventa parte integrante della narrazione, illustrando le "differenti diseguaglianze" vissute dalle donne e dagli uomini che decidono di emigrare nell'Ue.

Una Unione che agli occhi di molte e di molti appare ancora una "fortezza", nonostante le politiche di inclusione e integrazione promosse dalla Commissione europea e dall'Europarlamento.

Fonte: <http://www.unosguardoalfemminile.it/wordpress/donne-e-politica/donne-migranti-e-donne-immigrate-in-europa> - 26.03.12

## Immigrazione, Napoli capitale record di donne ucraine

*Secondo il rapporto Caritas-Migrantes gli extacomunitari scelgono sempre più Napoli ma aumentano gli irregolari nella regionedi*

*Tiziana Cozzi*

Immigrati sempre più "napoletani", la città diventa la capitale del Sud per l'immigrazione. Scelgono sempre di più Napoli per viverci, lavorano in agricoltura e nell'edilizia, sono più donne che uomini, soprattutto ucraine.

Cresce anche la quota di stranieri regolarizzati presenti in Campania, anche se è in aumento parallelamente quella di irregolari. Questi i risultati del 22esimo rapporto Caritas-Migrantes presentato a Napoli nella sede della Curia. «Guardare allo

straniero come elemento che può inquinare è antiumano e anticristiano - dice il cardinale Crescenzo Sepe - lo straniero va rispettato nella sua persona e nella sua dignità». «Il 31 dicembre finirà l'emergenza umanitaria nel Nord Africa, ci aspettano giorni difficili- annuncia Edoardo Cosenza, assessore regionale alla Protezione civile - la maggior parte è interessata al permesso di soggiorno, occorre accelerare al massimo le procedure».

Sono 194 mila gli stranieri in Campania, appartenenti a 174 nazionalità diverse. A Napoli vi è la maggiore concentrazione (58 per cento), dato che corrisponde al 26,3 per cento del totale del fenomeno migratorio nell'intero Sud. Segue la provincia di Caserta con il 19,3 per cento delle presenze e Salerno, con una percentuale pari al 16,3 per cento. Insieme, le tre province raggruppano il 93,6 per cento del totale campano. Di gran lunga inferiori gli extracomunitari "stabili" nelle province di Avellino (4,2 per cento) e Benevento (2,3 per cento).

Gli immigrati residenti nella regione sono più donne che uomini: il 54,9 per cento degli stranieri regolari è di sesso femminile, settore in cui la Campania supera la percentuale relativa al Meridione (51,5 per cento) e anche quella nazionale (49,5 per cento). Al primo posto della classifica di provenienza c'è l'Ucraina, con il 40,3 per cento delle persone con permesso di soggiorno. Segue l'Africa (22,3 per cento) con la parte Nord del continente (prevalgono Marocco, Tunisia, Algeria). Aumentano gli arrivi dall'Asia, in particolare da Sri Lanka, Cina, India, Filippine, Bangladesh e Pakistan.

Lavorano, per la maggioranza, nel settore agricolo (19,6 per cento) e nell'edilizia (14,9 per cento) ma non disdegnano il settore alberghiero e la ristorazione (10,7 per cento). Il resto è occupato nei servizi alle imprese (8,9 per cento), nel commercio all'ingrosso (7,3 per cento) e al dettaglio (5,8 per cento).

Secondo dati Inail, lo scorso anno, sono stati circa 127 mila gli immigrati occupati cioè quelli che nel corso dell'anno hanno lavorato almeno un giorno. Un dato che fa ben sperare perché registra un incremento del 14 per cento (con un più 17.867 unità rispetto al 2010) e rappresenta il 9,2 per cento del totale regionale. Lavorano di più gli extracomunitari (62,3 per cento) che i comunitari (37,7 per cento), complessivamente, nel 63,9 per cento dei casi si è trattato di manodopera europea.

Sono tanti, però, i lavoratori stranieri che cadono nelle maglie illegali del lavoro nero. Secondo una ricerca del sindacato Flai Cgil contenuta all'interno del dossier, per il 90 per cento dei casi si tratta per lo più di lavoro irregolare nel settore delle filiere agricole e florovivaistiche, con una paga compresa tra i 15 e i 20 euro al giorno. Le zone illegali in agricoltura, con la più alta incidenza di sfruttamento, restano la Piana del Sele in provincia di Salerno, Castel Volturno e Villa Literno nel Casertano.

Continuano a nascere, invece, le imprese con amministratori e soci stranieri. Secondo Unioncamere-Cna nel 2011 sono stati 11.724 gli stranieri imprenditori in Campania, il 38,6 per cento del dato meridionale e il 2,6 per cento di quello nazionale.

Infine, a Napoli al 31 dicembre 2011, i migranti registrati in anagrafe erano 38.640 (59,2 per cento le donne 40,8 per cento gli uomini).

Fonte:

[http://napoli.repubblica.it/cronaca/2012/10/30/news/immigrazione\\_napoli\\_capitale\\_record\\_di\\_donne\\_ucraine-45613044/](http://napoli.repubblica.it/cronaca/2012/10/30/news/immigrazione_napoli_capitale_record_di_donne_ucraine-45613044/) - 31.10.12

## **Donne immigrate e lavoro: una indagine nel trentino**

Accompagnare le donne immigrate della Val di Ledro in un progetto personalizzato costruito valorizzando i loro interessi, le loro esperienze e le loro capacità. Questo per dotare le "nuove trentine" degli strumenti necessari per affrontare il mercato del lavoro, tenendo conto delle reali esigenze del territorio. Era questo lo scopo dell'iniziativa denominata "Convivenza, lavoro e pari opportunità nelle scelte e nei percorsi lavorativi. Donne straniere per la valorizzazione delle differenze sociali e lavorative". Il progetto è stato realizzato con il sostegno del Cinformi dell'assessorato alla Solidarietà internazionale e alla Convivenza della Provincia autonoma di Trento, della Consigliera di Parità e del Comune di Ledro. Alla realizzazione dell'iniziativa hanno collaborato le cooperative sociali Arcobaleno ed Ephedra. Accanto a questa sinergia, il progetto ha potuto contare su una vasta

rete territoriale di interlocutori: con il Comune anche la Scuola, la Biblioteca, la Casa di riposo, la Pro Loco e il mondo economico. I risultati dell'iniziativa sono stati presentati presso l'APSP Giacomo Cis di Bezzecca. Il percorso ha preso il via in Val di Ledro nell'aprile del 2011. Inizialmente, nella fase preparatoria, i coordinatori hanno conosciuto a fondo le capacità individuali delle donne immigrate e vi sono stati diversi incontri sul territorio per cogliere le specificità del mercato del lavoro locale. Nella seconda fase del progetto sono stati individuati diversi percorsi per le singole donne straniere mirati a conciliare le loro abilità con le richieste del territorio. Insieme sono state definite le priorità per promuovere un percorso di migrazione propositivo: le donne straniere, di origine africana e araba, hanno potuto potenziare l'apprendimento della lingua italiana e rafforzare la conoscenza del

funzionamento della società di cui oggi fanno parte; hanno frequentato spazi di aggregazione per dialogare e mettere a confronto le proprie aspettative, per trovare coraggio e soprattutto per sconfiggere la solitudine che spesso accompagna lo scorrere delle loro giornate. Alcune donne di origine immigrata sono andate a scuola per imparare un mestiere; tutte hanno incontrato il mondo del lavoro per capirne le regole, le richieste e le reali possibilità. Ciò ha messo le “nuove trentine” nella condizione di poter affrontare adeguatamente il mercato occupazionale. E sono arrivati concreti risultati sul fronte dell'occupazione (presso gli operatori turistici della Val di Ledro); a testimoniarlo sono stati gli stessi datori di lavori,

che hanno raccontato le loro positive esperienze con le donne di origine immigrata. Fra i risultati del progetto è stata sottolineata anche la collaborazione fra ente pubblico, privato sociale e istituzioni attive a vario titolo sul territorio. Ciò a vantaggio dell'inclusione sociale degli stessi migranti. Un obiettivo, questo, fra le priorità del Piano Convivenza approvato dalla Giunta provinciale su proposta dell'assessore alla Solidarietà internazionale e alla Convivenza, Lia Giovanazzi Beltrami.

Fonte:

[http://www.migrantesonline.it/siti\\_migrantes/migrantes\\_online/00009816\\_Donne\\_immigrate\\_e\\_lavoro\\_una\\_indagine\\_nel\\_trentino.html](http://www.migrantesonline.it/siti_migrantes/migrantes_online/00009816_Donne_immigrate_e_lavoro_una_indagine_nel_trentino.html)  
28.10.12

## **Regno Unito: cresce il numero di donne immigrate, un boom mai registrato prima.**

*Sono oltre 300mila le donne immigrate negli ultimi anni: come conseguenza un nuovo baby boom.*

Le ultime rilevazioni statistiche dell'immigrazione nel Regno Unito hanno sottostimato il numero di donne immigrate di circa 361.000 unità e, invece, hanno sopravvalutato il numero degli uomini di circa 94.000.

La migrazione femminile è concentrata nella fascia di età compresa tra i 20 ed i 44 anni, gli anni nei quali si concentra l'apice della fertilità, e questo può aver contribuito ad un “mini” boom di nascite secondo un'analisi condotta dal Financial Times.

I dati ufficiali raccolti tra il 2001 ed il 2010 mostrano che il tasso di immigrazione in Inghilterra e Galles ha incrementato la popolazione di circa 2.1 milioni. I dati mostrano anche che più di un quarto delle nascite appartengono a donne non native del Regno Unito, aumentando così il numero dei bambini, in età compresa tra 0 e 8 anni, di circa 300.000 dopo l'ultimo censimento del 2001.

Le donne di origine pakistana sono state superate dalle polacche che costituisce il più grande gruppo

di madri straniere nel 2010 e nel 2011. L'analisi viene fornita in quanto l'immigrazione è una costante dell'agenda politica, in particolar modo dopo che David Cameron ha annunciato una revisione circa la libertà dei cittadini Ue di vivere e lavorare nel Regno Unito.

Gli economisti e gli statistici hanno sottolineato però un impatto positivo dal momento che il tasso di fertilità britannica è troppo basso per riuscire a mantenere la popolazione allo stesso livello.

I dati rilasciati dall'Ons (Office for National Statistics) in agosto rivelano che le donne britanniche hanno una media di 1.9 bambini ciascuna, meno della media di 2.1 necessaria a mantenere il livello della popolazione. Quando vengono incluse le donne migranti il tasso sale a circa 2.0. (Angela Forese)

Fonte:

[http://www.immigrazioneoggi.it/daily\\_news/notizia.php?id=004674](http://www.immigrazioneoggi.it/daily_news/notizia.php?id=004674) -  
25.10.12

## **Títulos da Resenha Migrações na Atualidade**

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades